



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – DECSO



LAROUSSE SOARES MAGALHÃES

MULHER E AGROECOLOGIA:

Germinando uma sociedade para além do patriarcado

MARIANA

2017

LAROUSSE SOARES MAGALHÃES

MULHER E AGROECOLOGIA:
Germinando uma sociedade para além do patriarcado

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientador: Professora Doutora Estela Saléh da Cunha

MARIANA

2017

Catálogo na fonte: Bibliotecário: Essevalter de Sousa - CRB6a. - 1407 - essevalter@sisbin.ufop.br

M188m Magalhães, Larousse Soares

Mulher e agroecologia [recurso eletrônico] : germinando
uma sociedade para além do patriarcado / Larousse
Soares Magalhães.-Mariana, MG, 2017.

1 CD-ROM; (4 3/4 pol.)

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade
Federal de Ouro Preto, Instituto de Ciências Sociais
Aplicadas, Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo
e Serviço Social, DECSO/ICSA/UPOP

1. Economia agrícola - Teses. 2. MEM. 3. Agricultura
- Teses - Ecologia. 4. Monografia. 5. Genero - Teses.
6. Mulheres - Condições sociais. I.Cunha, Estela Saléh
da. II.Universidade Federal de Ouro Preto - Instituto
de Ciências Sociais Aplicadas - Departamento de Ciências
Sociais, Jornalismo e Serviço Social. III. Título.

CDU: Ed. 2007 -- 364.65-055.2
: 15
: 1417685

MULHER E AGROECOLOGIA:
Germinando uma sociedade para além do patriarcado

DISCENTE: Larousse Soares Magalhães

ORIENTADOR: Professora Doutora Estela Saléh da Cunha
Universidade Federal de Ouro Preto

Trabalho de Conclusão de Curso submetida ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 31/03/2017


Professor Mestre Rafael Santiago Mendes


Professora Mestre Verônica Medeiros Alagoano


Orientadora Professora Doutora Estela Saléh da Cunha

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo suporte e por sempre depositarem toda confiança nas minhas escolhas. Mãe e pai, obrigada pelo incentivo e amor. Vó Cacilda e Tia Lu, por estarem sempre por perto.

À República Convento, lar onde pude contar com irmãs nas dificuldades e venturas desse trajeto.

Ao professor Rafael Mendes, que ampliou minha visão acerca de novas possibilidades. Obrigada pelos ensinamentos e por fazê-lo com uma leveza fundamental.

À querida Sara, por participar de forma ativa durante todo o processo e abraçar um novo ideal.

Enfim, à todos aqueles que contribuíram e foram essenciais para a elaboração do estudo e de novas perspectivas.

*“Não, não haverá para os ecossistemas aniquilados
Dia seguinte.
O ranúnculo da esperança não brota
No dia seguinte.
A vida harmoniosa não se restaura
No dia seguinte.
O vazio da noite, o vazio de tudo
Será o dia seguinte.”*

Carlos Drummond de Andrade, “Mata atlântica”.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso é resultado da pesquisa sobre o sentido patriarcal que governa a relação humanidade e natureza no capitalismo. Para tanto discute a agroecologia como possibilidade de crítica a essa forma social patriarcal. O primeiro capítulo discute sobre a ruptura metabólica e o sociometabolismo do capital, o que deixa claro a forma destrutiva na qual o homem interage com a natureza no capitalismo. Traz também elementos do marxismo e do trabalho nesse modelo de sociedade, explicitando a questão de gênero e da desigualdade entre homens e mulheres. O segundo capítulo discute diferentes modos de agricultura e seus impactos ambientais e sociais. Por fim, estabelece um diálogo acerca da mulher e da agroecologia como forma de libertação, que não podem ser dissociadas. Então, buscando a potência da questão de gênero na crítica da produção material e da reprodução social da vida, busca-se entender o sentido do trabalho na sociedade moderna para então debater o patriarcado como elemento estruturante dessa sociedade. Observa-se essa dinâmica na análise da agroecologia como possibilidade de crítica ao patriarcado.

Palavras-chave: agroecologia, gênero, crítica ao capital.

ABSTRACT

This present work is result of a study about the patriarchal system which rules the interaction between humanity and nature under capitalismo system. Therefore, this work discuss the agroecology as a possibility of criticizing this patriarchal social system. The first chapter argue the metabolic breakdown and sociometabolism of capital, witch make it clear the destructive form that men interacts with nature in capitalism. Also discuss elements of marxism and work in this society and shows the gender question and inequality between women and men. The second chapter discuss the various ways to grow and its social and environmental impacts. Finally, imply a dialogue about women and agroecology as a way of libertation which cannot be dissociated. Moreover, looking for the power of the gender question in the critical and its impacts social life. The goal is to undestand the roleof work in the modern society to discuss the patriarchy as a support element of this society. It is possible this dimanic in this agroecology analysis as a possibility of criticism of patriarchy.

Palavras-chave: agroecology, gender, criticism of capitalism

Sumário

INTRODUÇÃO	10
Capítulo 1	13
1.1 Ruptura Metabólica e Sociometabolismo do Capital.....	13
1.2 Marxismo, Trabalho e Gênero	20
1.3 Feminismo e a Crítica Estrutural de Roswhita Scholz	33
Capítulo 2	40
2.1 Agricultura Familiar, Agronegócio e Agroecologia	40
2.2 Mulher e Agroecologia	49
CONCLUSÃO	56
REFERÊNCIAS.....	60

INTRODUÇÃO

A narrativa mítica grega de Camus, o mito de Sísifo, relata a história de um camponês que recebe como punição a tarefa de rolar uma pedra até o topo de uma montanha. Ao alcançá-lo, o cansaço promovido pela tarefa faria a pedra rolar até o chão, de modo que no dia seguinte Sísifo deveria retomar seu ofício do início, repetidamente, durante toda a eternidade. A meu ver, esse mito reflete a relação metabólica¹ entre ser social e natureza no capitalismo, já que o castigo destinado ao personagem Sísifo consiste em uma tarefa rotineira e isenta de sentido próprio. Ora, o trabalho no sistema de metabolismo social do capital nada mais é do que algo determinado pelas necessidades do sistema capitalista de produção, alheio a vontade e entendimento do trabalhador, constituindo-se de um sentido heterônomo. A ideia do trabalho na sociedade capitalista abarca atividades completamente distintas, o que só faz sentido em uma sociedade mercantil (JAPPE, 2006), mas o que a maior parte dos “trabalhos” tem em comum é essa alienação do significado da atividade; a “peça viva” por trás dos meios de produção não se vê como pertencente ao processo, não percebe a presença/ausência do trabalho ao final da produção.

No caso da produção na agricultura desvincular o indivíduo do trabalho realizado é ainda mais grave; perde-se a possibilidade de uma relação saudável com a natureza; a atividade torna-se mera aplicação da ciência e os conhecimentos agrários, quando muito, são apenas um contraponto. A industrialização da agricultura foi um grande passo para essa exploração desordenada da natureza em nome do aumento dos lucros, o que foi permitido com a Revolução Verde², tornando o trabalho na terra uma atividade de caráter patriarcal, visto que nesse momento o homem domina e submete também a agricultura.

A agricultura é uma das intervenções mais antigas dos seres humanos com a natureza (FRONCHETI, ZAMBERLAM, 2012), praticada, a priori, por mulheres e desde então

¹Segundo Mészáros (apud Antunes, 2009), a forma de metabolismo social no capitalismo resulta de um processo historicamente constituído onde sobrepuja a divisão social hierárquica que subsume o trabalho ao capital.

²“A Revolução Verde é o período marcado por geração de conhecimentos tecnológicos destinados à agropecuária do mundo inteiro e sistematizados em pacotes tecnológicos abrangendo a área da química, da mecânica e da biologia” (BELATO, 1993, p.5).

sofreu diversas transformações no modo de produzir de acordo com o crescimento e o sentido do conhecimento em torno da produção agrícola. Já no século XX, após a Segunda Guerra Mundial, novos métodos para a produção agrícola começaram a ser estimulados por governos, centros de pesquisas, universidades, e, principalmente, empresas produtoras de insumos que passaram a ser utilizados em larga escala desde então. Utilizando a máscara de diminuir a fome no mundo, a Revolução Verde foi bem aceita e amplamente difundida, todavia essa promessa nunca foi cumprida. Ao contrário, nada mais foi do que a “penetração capitalista no campo” (TAMBARA apud FRONCHETI, ZAMBERLAM, 2012, p. 26) com o intuito de ampliar a exploração da natureza por meio do emprego de tecnologias, com o objetivo de maximizar a produção e, conseqüentemente, aumentar os lucros.

Especialmente no Brasil, entre 1950 e 1960, surgiram duas opções como forma de aumentar a produtividade de alimentos no país: uma delas era a Reforma Agrária, que por meio da distribuição das terras de grandes proprietários para mais agricultores permitiria o aumento da produção e diminuiria o intenso êxodo rural. A segunda opção era a adoção dos pacotes tecnológicos provenientes da Revolução Verde, com o intuito de manter a posse da terra mas, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade.

Uma tríplice aliança foi formada: Estado brasileiro, grandes empresas de capital nacional e empresas internacionais que optaram pela modernização da agricultura. As ideias oriundas da Revolução Verde criaram a expectativa de superação do sub-desenvolvimento a partir de transformações no setor agropecuário. Com isso, o setor agrícola se dinamizaria e geraria um aumento de produção através do qual acabaria com a fome da população e, com o excedente, poderia incrementar suas exportações e gerar divisas, promovendo um progresso generalizado e autossuficiente (FLEISHFRESSER apud FRONCHETI, ZAMBERLAM, 2012, p. 39).

Como veremos posteriormente, as expectativas promovidas pela implementação dessas tecnologias não foram correspondidas (ao contrário – e por mais irônico que possa ser –, o crescimento da produção alimentar acontece de forma simultânea com o aumento da fome no mundo).

Em consonância com o que foi empregado pela Revolução Verde, surge na década de 1990 o termo agronegócio, que vem como uma tentativa de dar nova cara ao que já existia, o latifúndio, com o intuito de dar a ideia de modernização e renovação da agricultura capitalista. Todavia, nada mudou, de fato. Aliás, pode-se dizer que houve um agravamento da situação devido ao aumento das tecnologias destinadas a esse modelo de agricultura. O agronegócio impacta não apenas o meio ambiente, mas amplia

diretamente as mazelas sociais, ao ser um dos grandes comandantes nas áreas da política e economia. Nas palavras de Fronchetti e Zamberlam:

“É notório que o atual sistema sócio-econômico-político internacional, ao qual se articula o modelo industrial de produção agrícola e de desenvolvimento rural, está na raiz da crise socioambiental da agricultura, e estende seus efeitos ao campo e às cidades em escala planetária” (2012, p. 7).

Além disso, no caso do Brasil o agronegócio é dominado por grandes empresas multinacionais, de modo que é ínfimo o retorno da riqueza produzida ao país. Ainda no Brasil, o uso dos agrotóxicos é altíssimo, inclusive de alguns proibidos em diversos países, o que colabora para o aumento de doenças tanto dos trabalhadores que lidam diretamente com os venenos, tanto nos consumidores.

Repensar uma forma alternativa de produzir é imprescindível e de caráter emergencial, visto que o agronegócio vem se mostrando como um modelo insustentável. A proposta agroecológica reflete acerca de uma nova relação do homem com a natureza e com as coisas existentes. A visão da natureza como algo externo ao homem é o que lhe permite explorá-la de forma tão intensa no modo de produção do capitalismo patriarcal. E é o que – vale ressaltar como outro importante pressuposto do presente estudo – faz com que também haja exploração da mulher dentro desse sistema, uma vez que o homem “mais dotado de razão” se vê como agente superior, ao passo que a mulher, hierarquicamente inferior, está mais próxima da natureza. Por outro lado, a agroecologia não é uma forma de produção patriarcal, pois respeita e busca conservar o meio ambiente e as diversidades, para tanto democratizando o acesso a terra; no geral, trata-se de uma produção em harmonia com a natureza. Exatamente por esse motivo, a agroecologia constitui um potencial crítico, principalmente se pensado pelo viés do gênero. Nesse mesmo sentido, romper com essa lógica patriarcal é duplamente importante: além das questões socioambientais, a questão da “não-equidade” de gênero também só poderá ser solucionada a partir de uma transformação radical no modo de produção.

Capítulo 1

1.1 Ruptura Metabólica e Sociometabolismo do Capital

É necessário demarcar que a atual crise ambiental tem sua gênese no sistema capitalista. Marx (1983), em sua teoria da ruptura metabólica, nos permite entender a relação destrutiva entre capitalismo X natureza. Em *O Capital* (1983), chama a atenção a urgente necessidade de um metabolismo humano sustentável, uma vez que “o homem vive da natureza, ou seja, a natureza é o seu corpo e ele deve manter um diálogo contínuo com ela se não quiser morrer” (MARX, 1983, p.213). No sentido abordado por Marx o caráter exploratório do capitalismo em relação ao solo reduz seus meios de reprodução. O metabolismo³ social do capital não permite uma relação saudável entre humanidade⁴ e natureza; o processo de acumulação capitalista explora de forma desordenada e intensa, sobrepondo as necessidades do capital sobre as da natureza e, ainda, sobre as necessidades sociais (CLARK E YORK apud FOSTER, ANO). O início da agricultura moderna foi marcado pela crise do solo, no século XIX, onde o capitalismo remediou o problema por meio do desenvolvimento de fertilizantes, uma resposta que a longo prazo não seria efetiva, ao invés de transformar a relação exploratória da humanidade com a natureza de forma a respeitar seu ciclo natural de reposição. Já no que se refere à produção agrícola a solução do capitalismo acabou por reafirmar a fome no mundo (FOSTER, 2009), além de diversas outras implicações ambientais. Os meios artificiais para “fertilizar” o solo surgiram como uma resposta de caráter imediatista, que acaba “solapando simultaneamente as fontes originais de toda a riqueza – o solo e o trabalhador” (MARX apud FOSTER, ano, p. 220). O que veio a seguir foi uma iminente destruição ambiental.

³“...o termo metabolismo social passa a designar, dentro do corrente campo semântico, uma propriedade coletiva de uma sociedade ou grupo com relação às entradas de energia e materiais ao seu sistema, provendo sobrevivência e permitindo que ela atire além, no que se refere à sua sobrevivência e aos usos dos recursos de energia e matéria disponíveis. Em última análise, o estudo do metabolismo social é uma ferramenta para se compreender os processos de (in)sustentabilidade(s) de uma sociedade em uma determinada época. Constitui, portanto uma forma de apreender a lógica dos métodos de produção e relacionamentos sociais a partir dos fluxos de energia e materiais retirados, transformados e devolvidos à natureza” (CASADO & MOLINA 2007).

⁴Optei por utilizar durante o texto a expressão “relação humanidade-natureza” ao invés de “homem-natureza”, já que essa relação engloba a humanidade como um todo, não apenas o gênero masculino. Ou seja, busca-se romper com o universalismo androcêntrico.

Apreende-se daí que a tendência do capitalismo nunca foi - e não poderia ser - atingir apenas o necessário às necessidades humanas, mas busca-se ir além, por meio da produção de mercadorias que subsidiem esse modelo de produção. No campo da produção de alimentos, para citar um exemplo, as inovações tecnológicas possibilitaram o dobro da produção que seria suficiente para alimentar a população mundial (MENDES, 2015, p. 71); ainda assim milhares de pessoas se encontram em situação de fome ou insuficiência alimentar. A partir dessas e de outras considerações Marx entende a interação entre humanidade e natureza como atividade humana, na qual “por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (Marx, p.149, 1983). Essa interação, nos moldes das relações capitalistas, culminou na separação cada vez mais evidente entre campo e cidade, entre trabalho industrial e comercial e trabalho agrícola; essa separação deu origem ao que Marx chamou de uma “ruptura metabólica”.

Nesse sentido, no capitalismo o metabolismo social não surge como a interação necessária para suprir as necessidades humanas, mas cria outras necessidades para satisfazê-las por intermédio das mercadorias. O capitalista, ao produzir uma mercadoria leva em conta dois pré-requisitos básicos: “produzir um valor de uso que tenha um valor de troca (...), uma mercadoria (...) e produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la (...)” (MARX, 1983, p. 155). Essa forma de metabolismo social do capital e a separação entre campo e cidade corroboram ainda mais por esgotar elementos naturais da terra, de modo que os produtores dependem cada vez mais de fatores externos: mercadorias advindas do agronegócio, no caso da agricultura. Além disso, essa separação prejudica ao mesmo tempo campo e cidade; os restos orgânicos se transformam em lixo e poluem as cidades, ao passo que sua ausência no campo prejudica a reposição natural dos nutrientes do solo (MENDES, 2015).

“Não obstante, a divisão entre campo e cidade, o cultivo inadequado e a incapacidade de reciclar dejetos orgânicos possibilitaram a criação de ‘um estado oposto de progressão, até que, por um processo gradual de deterioração, ele [o solo] reverta quase que ao ponto original de onde partiu’ – isto é, os benefícios de toda melhora terão se perdido. Neste último caso, a disponibilidade de alimentos poderia demonstrar-se insuficiente graças às distorções produzidas dentro da sociedade e no cultivo do solo – mais do que às inadequações inerentes à agricultura” (ANDERSON apud FOSTER, 2011, p. 209).

Orientada pela lógica do capital, a agricultura passa a contar com práticas inversas às sustentáveis; a forma como o capitalismo se manifesta na agricultura impossibilita que a interação entre humanidade e natureza se dê de forma saudável, a despeito dos avanços científicos no campo referido (FOSTER apud MENDES, 2015). O metabolismo social do capital e a ciência e a técnica tem sentido patriarcal na modernidade. Busca-se promover o avanço da tecnologia voltada para a geração de lucros, e não exatamente para possibilitar a produção (por exemplo, de alimentos) em larga escala. Perde-se a noção de desenvolvimento sustentável, definida pela Comissão Brundtland, que seria o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas necessidades” (Relatório Brundtland, 1987, ONU (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - tema "Nosso Futuro Comum")). Marx, em *O Capital*, desenvolve seu conceito de ruptura; há uma concentração da população urbana, enquanto que a população rural segue diminuindo. Como uma reação conjunta, a indústria destrói a força de trabalho, ao passo que a agricultura, o faz com a terra. Nas palavras de Marx: “a indústria de larga escala e a agricultura de larga escala feita industrialmente tem o mesmo efeito (...) a primeira deixa resíduos e arruína o poder de trabalho do homem, ao passo que a última faz o mesmo com o poder natural do solo” (MARX apud FOSTER, ano, p. 219).

Posteriormente, a agricultura, guiada pelo sistema industrial, debilitaria não “apenas” o poder natural do solo, mas também os trabalhadores.

Ao elaborar seu conceito de ruptura metabólica Marx critica, principalmente, a teoria de Malthus e Ricardo. A teoria malthusiana defende a ideia de que os elementos necessários à subsistência humana (animais e plantas para alimentação) crescem numa proporção aritmética, ao passo que o crescimento populacional segue uma proporção geométrica, desse modo, conclui, a superpopulação que tendia a se formar era uma das principais causas da fome mundial. Porém, Marx afirma que ao elaborar sua teoria, Malthus não leva em conta as relações histórica e social da reprodução humana em cada caso, já que o autor

“abstrai destas leis históricas específicas do movimento da população, que são na verdade a história da natureza da humanidade, as leis *naturais*, mas leis naturais de humanidade apenas num desenvolvimento histórico específico... O homem malthusiano, abstraído do homem historicamente determinado, existe apenas na cabeça dele; daí também o método geométrico de reprodução correspondente a esse homem malthusiano” (MARX apud FOSTER, ano, p. 204).

Por outro lado, Ricardo defende que não é a quantidade de alimentos que determina a existência da miséria, mas a quantidade de emprego. Marx não discorda desse ponto, mas o critica pela sua insuficiência; devem ser levadas em consideração as determinações sociais. No modelo capitalista a população excedente, ou seja, aqueles que não possuem emprego, é essencial para dar continuidade a essas relações de produção. Ao afirmar isso, Marx ressalta que o problema da população excedente é inerente ao capitalismo, uma vez que é necessário, de modo que a questão da pobreza deve ser pensada mais a fundo, já que é um problema estrutural do modelo específico. Marx desenvolveu sua crítica ao modelo capitalista a partir de questões relacionadas aos processos naturais e sociais, onde ao primeiro cabe a relação da humanidade com a natureza, inerente a vida humana, e ao segundo a forma específica como essa relação é efetivada no capital, balizada, por exemplo, na divisão do trabalho e na distribuição das riquezas pelo *quantum* de trabalho vendido (MARX apud MENDES 2015).

O termo “metabolismo”, central à crítica de Marx e utilizado por diversos outros autores é atemporal, uma vez que diz respeito à interação humanidade-natureza sem a qual não é possível a nossa existência. Isso significa que em qualquer modelo de sociedade haverá a transformação da natureza como forma de satisfazer as necessidades individuais ou coletivas.

“O processo de trabalho, como o apresentamos em seus elementos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação do natural para satisfazer necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a Natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, independente de qualquer forma dessa vida, sendo antes igualmente comum a todas as suas formas sociais”
(MARX, 1983, p. 153).

Todavia, romper com esse metabolismo como mediação da relação humanidade-natureza como forma de satisfazer necessidades, mas, ao invés disso, apenas como atividade produtiva com finalidade em si mesma, cria proporções que beiram o extermínio de possibilidades sustentáveis. Pois a produção pela produção, o trabalho pelo trabalho, o valor gerar mais valor tem um sentido sempre expansionista, não obstante o ambiente ser um sistema finito. Para Marx, sempre houve a relação da “alienação da atividade produtiva humana na forma de trabalho assalariado” com a alienação dos indivíduos à natureza (MENDES, 2015, P.77). A forma de organização capitalista dá o aporte necessário para que o trabalhador se afaste da terra, por meio da “acumulação primitiva do capital”. Esse processo estimulou a formação de grandes

quantidades de áreas urbanas e, conseqüentemente, o aumento do êxodo rural, que além de eliminar formas de reprodução não mercantis colaborou ainda para o estabelecimento do agronegócio. Nesse sentido, a agricultura capitalista coloca na forma de mercadoria aquilo que é básico à reprodução da humanidade, o alimento, que nesse modelo é adquirido apenas por intermédio do dinheiro. Ainda que haja uma produção muito além do necessário, aqueles que não estão inseridos na dinâmica do trabalho assalariado não tem acesso àquilo que há de mais básico, já que nega-se outras condições que não a mercantil (MENDES, 2015).

Como já explicitado anteriormente, a interação da humanidade com a natureza é essencial à sobrevivência da espécie, de modo que é a partir dessa relação que são supridas as mediações de primeira ordem⁵, como, por exemplo, a alimentação, uma das preocupações do presente estudo, como parte da atividade produtiva da agricultura. A transformação na forma como a sociedade⁶ se organiza devido à “divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital” (Antunes, 2003, p. 19), implicou no que foi chamado de metabolismo social do capital, que corresponde ao sistema de mediações de segunda ordem, com seus elementos de controle social metabólico. Em suma, o processo histórico no qual ascendeu o capitalismo culminou na sobreposição do capital sobre o trabalho (MÉSZÁROS, 1995).

Como aborda Chauí, a separação das diferentes esferas da vida no atual modelo social impacta diretamente a relação entre os indivíduos.

Em sua forma contemporânea, a sociedade capitalista caracteriza-se pela fragmentação de todas as esferas da vida social, desde a produção, com a dispersão espacial e temporal do trabalho, até a destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas de luta de classes. A sociedade aparece como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por organizações particulares e programas particulares, competindo entre si. (CHAUI apud BARROCO, 2011, p. 6)

Isso significa que a separação das diferentes esferas da vida social sublinha essa forma de metabolismo social efetivado nos moldes do capital.

⁵“Preservação das funções vitais da reprodução individual e societal” (Antunes, 2003, p. 19).

⁶“O que chamamos de sociedade são os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõe que o ser social existe: *a sociedade, e seus membros, constitui o ser social e dele se constitui.*” (NETTO E BRAZ, 2009, p. 37).

Em Marx, o conceito de metabolismo social diz respeito à interação metabólica entre natureza - “celeiro primitivo” do homem - e sociedade, por meio da atividade produtiva humana. A interação com a natureza é a principal condição para a produção (e reprodução) de qualquer forma de sociedade; a sociedade capitalista traz consigo novas características para essa relação. O acesso restrito aos recursos naturais, como aos outros meios de produção nesse modelo de sociedade, implica ainda nas desigualdades entre as classes sociais, além de intensa exploração da natureza, o que acarreta diversos problemas referentes à questão ambiental (Rodrigues, 2012, p. 41).

Deve ser levado em consideração o aumento da tecnologia no capitalismo, que muitas vezes modifica de forma negativa a relação humanidade-natureza, já que não diz respeito apenas à ampliação dos conhecimentos que viriam a agregar à ação humana, mas, e principalmente, é desenvolvido com o intuito de elevar a produtividade, muitas vezes desnecessária, e a exploração. É claro que a assertiva supracitada não aponta o rompimento de toda e qualquer tecnologia na interação da humanidade com a natureza como solução para essa relação, mas antes ressalta os efeitos devastadores dos seus excessos e direcionamento. Ainda quando a ciência é voltada para uma “recuperação” da natureza ou sua conservação, o capitalismo é tão destrutivo que tais medidas tornam-se insignificantes ao compararmos o quão prejudicial essa exploração é. Essa tecnologia, voltada para os interesses do capital – e por ele financiada – amplia o poder da classe dominante sobre a natureza, no metabolismo social do capital, e faz com que aumente a dependência à grandes empresas ligadas a produção alimentícia. Um exemplo do sentido patriarcal da ciência e da tecnologia está estampado na agroindústria sementeira; por meio das sementes transgênicas e as sementes *terminator*.

A “segunda geração” das sementes *terminator* são estéreis, o que obriga que, na próxima safra, os agricultores comprem novamente, originando uma dependência eterna com os fornecedores. Por outro lado, essa tecnologia é respaldada pelo argumento de que, dessa forma, o controle da contaminação seria eficaz (BENTHIEN, 2008). Ao colocar a semente como mera mercadoria ignora-se a sua essência, ou seja, sua capacidade de germinar e dar origem a outra semelhante, o que evidencia claramente o real interesse dessa tecnologia. De forma geral, a ciência dá o respaldo à manutenção do sociometabolismo do capital, onde à mulher cabe o papel de submissa ao homem, corroborando com essa opressão. Para ampliar, ainda, essa dependência, nos é vendida a falsa imagem de que apenas por meio do desenvolvimento permitido por essas

tecnologias é possível arcar com a demanda mundial por alimentos ou qualquer que seja a necessidade humana. Sabe-se hoje que o que se produz de alimentos passa bastante do que seria suficiente para a população humana e, ainda assim, o índice de pessoas que não tem acesso a esses alimentos é enorme, como veremos posteriormente. A Revolução Verde, por exemplo, propôs acabar com a fome no mundo, promessa que não foi cumprida e, ao contrário, foi funcional apenas à acumulação capitalista (Rodrigues, 2012). Isso quer dizer que, de início, essa ciência e tecnologia já se mostraram patriarcais, onde, por meio da ciência, seria possível conhecer e dominar a natureza, o que permitiria o progresso humano. Em seus estudos, Francis Bacon afirma que a ciência deve ser utilizada em prol da melhoria da qualidade de vida humana, promovendo avanços em diversos campos. Desse modo, o conhecimento toma o mesmo significado que poder e visa dominar a natureza (MARIANI, 2013).

“Ciência e poder do homem coincidem, uma vez que, sendo a causa ignorada, frustra-se o efeito. Pois a natureza não se vence, senão quando se lhe obedece. E o que é contemplação apresenta-se como causa e regra na prática” (BACON apud ZATERKA, 2006, p. 146).

Para o autor, “conhecer para dominar a natureza pelo saber” tem a mesma ideia de transformar o conhecimento dos homens em algo que lhes seja proveitoso. De acordo com a epistemologia, quer dizer dissolver a separação entre “teoria/prática e contemplação/atividade” (ZATERKA, 2006).

1.2 Marxismo, Trabalho e Gênero

Do ponto de vista da ontologia lukacsiana é essencial à sobrevivência dos homens uma permanente transformação da natureza. No sentido ontológico a transformação da natureza pelo homem é construída antes em sua subjetividade, idealmente prevista, por intermédio da razão, o que, para Lukács, é trabalho, constituinte do ser social. Para tanto, o ser social, mesmo o mais primitivo, é constituído por três categorias, sejam elas “a sociedade, a linguagem e o trabalho” (LUKÁCS apud LESSA, 1996, p. 10). Dentre essas três categorias, o trabalho é a principal no que tange o desenvolvimento dos homens, uma vez que ele fornece os meios para criar o novo, provocando o aumento da sociabilidade (LESSA, 1996).

Utilizando Marx como referencial, Lukács frisa três momentos da categoria trabalho: “a objetivação, a exteriorização e a alienação” (LESSA, 1996, p. 10). A objetivação é o conjunto de ações necessárias para criar aquilo que foi previsto idealmente antes da execução. Como vimos anteriormente, do ponto de vista marxista, ao transformar a natureza o indivíduo também se transforma, de modo que na produção de um objeto também está contida a exteriorização do sujeito. O movimento de objetivação-exteriorização faz parte do ser social e permite o desenvolvimento de um “ser-para-si” (LESSA, 1996), de forma distinta àquilo que acontece na natureza. Para Lukács o trabalho é a relação que se estabelece diretamente entre indivíduo e natureza para produzir um valor de uso.

Como foi visto anteriormente, o homem, ao transformar a natureza, transforma também a si próprio; além disso, transforma, ainda, os indivíduos a sua volta. Criar uma nova situação implica uma resposta daqueles que estão sujeitos às transformações produzidas por outrem, modificando também a relação dos indivíduos entre si. Ao impactar a vida social e incorporar conhecimentos até então inexistentes, esses mesmos conhecimentos são generalizados. Esse processo de sociabilização torna-se, segundo Lessa (1996, p. 15)

“...único e genérico. Único, pela simples razão de a história jamais se repetir. É genérico porque ele incorpora, tanto no plano objetivo quanto no subjetivo, determinações genéricas que correspondem ao desenvolvimento efetivamente alcançado pela humanidade a cada momento histórico”.

O desenvolvimento da sociabilidade, para Lukács, provoca um “afastamento das barreiras naturais” (LUKÁCS apud Lessa, 1996, p. 17); essa sociedade, sempre mais desenvolvida que a anterior, faz com que haja uma resposta cada vez mais complexa mesmo para os atos mais básicos e instintivos, como, por exemplo, a alimentação. Todavia, ainda que haja o aumento da complexidade dessas relações, a interação com a natureza jamais cessará, ou seja, não há modo de romper completamente com as “barreiras naturais”, visto ser ponto primordial à existência humana. Essa complexidade das relações corrobora, ainda, para o surgimento de novas necessidades, que possuem sua origem nessa evolução. Nesse sentido, tornou-se viável a “exploração do homem pelo homem” (LESSA, 1996, p. 18), onde não cabe mais uma sociedade de relações primitivas, e por intermédio da sociedade de classes surgem diversas contradições na relação entre os indivíduos.

Ainda para Lukács, aquilo que uma vez estimulou a humanidade a superiores modos de sociabilidade pode, em algum momento histórico, não o fazer mais e, ao contrário, exercer uma função antagônica. Para compreender melhor, traz dois exemplos. A religião, a priori, permitiu o aumento e a generalização dos conhecimentos, o que, posteriormente, permitiu o avanço nas áreas de filosofia e ciência, um importante passo para a humanidade. Com o passar do tempo, essa mesma religião tornou-se uma barreira ao desenvolvimento humano, isso por que ela privava, em certa medida, a consciência do homem como responsável por sua história, capaz de transformar a realidade da forma como lhe convir, independente de uma força “extra-humana” (LESSA, 1996, p. 20).

Outro exemplo trazido pelo autor é o capital, que promove o desenvolvimento genérico para, num segundo momento, atravancar o avanço da sociabilidade. Ao romper com as restrições da sociedade feudal, o capitalismo proporcionou o desenvolvimento dos indivíduos em sua totalidade social, de forma nunca vista anteriormente. Após o ciclo revolucionário burguês o capital passa a dificultar o desenvolvimento humano-genérico; o desenvolvimento das forças produtivas passa a ampliar o quadro de miséria. Os recursos tecnológicos, ao intensificar a obtenção da mais-valia, acabam por agravar as desigualdades sociais, uma vez que acarretam o aumento significativo do desemprego e, como uma consequência, da miséria. De forma resumida, os dois exemplos fornecidos por Lukács, religião e capital, caracterizam o que o autor nomeou de alienação, que em outras palavras significa “obstáculos socialmente postos ao desenvolvimento humano-genérico” (LESSA, 1996, P. 21). Ao coincidirmos essência humana com espírito

burguês, essa ideia torna-se limite ao desenvolvimento da sociabilidade, uma espécie de recusa à possibilidade de uma emancipação humana, uma vez que toma-se como ponto de partida a concepção de que é inerente a natureza humana o individualismo característico da burguesia.

Segundo os Manuscritos Econômicos de 1857-1858 (MARX, 2011) a maquinaria é a forma mais adequada do capital fixo, sendo essa a forma mais adequada do capital no geral. Com o desenvolvimento dessa maquinaria, por meio da ciência, o trabalho social deixa de ser representado pelo trabalhador, que se vê alheio ao processo, como “mero acessório vivo dessa maquinaria” (MARX, 2011, p. 581). Nas palavras de Marx:

“Não é como no instrumento, que o trabalhador anima como um órgão com a sua própria habilidade e atividade e cujo manejo, em consequência, dependia da sua virtuosidade. Ao contrário, a própria máquina, que para o trabalhador possui destreza e força, é o virtuoso que possui sua própria alma nas leis mecânicas que nela atuam e que para seu contínuo auto movimento consome carvão, óleo etc. (matérias instrumentais), da mesma maneira que o trabalhador consome alimentos. A atividade do trabalhador, limitada a uma mera abstração da atividade, é determinada e regulada em todos os aspectos pelo movimento da maquinaria, e não o inverso. A ciência, que força os membros inanimados da maquinaria a agirem adequadamente como autômatos por sua construção, não existe na consciência do trabalhador, mas atua sobre ele por meio da máquina como poder estranho, como poder da própria máquina” (MARX, 2011, p. 581).

Com isso, o capital tende a transformar o processo de produção em um ambiente cada vez mais científico, onde o trabalho direto empregado torna-se mero momento em todo o processo. Em comparação a aplicação da ciência e da tecnologia o trabalho é rebaixado, ainda que indispensável. O trabalho individual “passa a ser produtivo” apenas quando relacionado a submissão das forças da natureza, por meio da ciência e da tecnologia. Essa ciência voltada para o aumento da produção não é, de modo algum, uma facilitadora do trabalho humano, portanto não é verdadeiro afirmar que

“o trabalhador reparte com o capitalista porque este último, devido ao capital fixo (que, aliás, também é produto do trabalho e nada mais que *trabalho alheio* apropriado pelo capital), lhe facilita ou abrevia o trabalho (por meio da máquina, ao contrário, ele despoja o trabalho de toda a sua autonomia e de todo seu caráter atraente)” (MARX, 2011, p. 585).

Além dessa ciência não vir em ao auxílio ao trabalhador, busca-se ainda reduzir a necessidade da força de trabalho justamente quando há grande disponibilidade da mesma.

O desenvolvimento da tecnologia nesses moldes só é possível quando a indústria atingiu um nível tal que as ciências se encontram a serviço do capital – o que acontece no

sociometabolismo do capital. As funções do trabalhador tornam-se cada vez mais mecanizadas, ao passo que sua capacidade cada vez mais desvalorizada. No caso da agricultura, perde-se além de uma relação saudável com a natureza, diversos conhecimentos agrários, uma vez que esta passa a ser uma simples aplicação da ciência com o objetivo de obter o máximo de “vantagens” possíveis.

Postone (2014) faz uma reinterpretação da teoria crítica madura de Marx, onde analisa o trabalho como uma forma objetiva de mediação social e como esse trabalho abstrato pode ser medido. Nesse sentido, o tempo de trabalho despendido durante a produção torna-se uma medida de valor. O capitalismo busca reduzir o tempo de trabalho humano gasto na produção das mercadorias com o intuito de simplificar o modo de produção, de modo a otimizá-lo.

“À medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza real vem a depender menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregada do que da potência dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, cuja ‘poderosa efetividade’ é, por sua vez, completamente desproporcional ao tempo de trabalho diretamente gasto em sua produção, dependendo mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia [...] A riqueza real manifestase [...] na monstruosa desproporção entre o tempo de trabalho aplicado e o seu produto, bem como no desequilíbrio qualitativo entre o trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poder do processo de produção que ele supervisiona.” (Marx apud Postone, 1978, p. 4).

O progresso dessa tecnologia implica no aumento da produtividade, ou seja, produz-se uma maior quantidade de mercadorias utilizando a mesma quantidade de trabalho, o que só influencia no trabalho concreto e não tem relação direta com o aumento da riqueza social. Nas palavras de Postone:

A medida da riqueza social é a medida temporal abstrata, mais que a quantidade material concreta. No capitalismo, esta diferença é a primeira determinação da possibilidade de que, não somente para os pobres, senão para a sociedade como um todo, a pobreza (em termos de valor) pode existir em meio da abundância (em termos de riqueza material) (Postone, 2006, p. 266).

No marxismo tradicional estava incutida a “ontologia do trabalho”, que percebia a história social como uma sequência de “modos de produção” relacionados à relação homem-natureza: o metabolismo social. De acordo com Jappe (2006) o valor, ao inverter a atividade social, torna-se uma “projeção” dessa atividade, remetida aos próprios objetos; “uma qualidade coisificada” (JAPPE, 2006, p. 216). Para o autor

“o totem da sociedade moderna é o valor, e o poder social que é projetado sobre este totem é o trabalho, enquanto atividade fundamental do homem na sociedade produtora de mercadorias” (JAPPE, 2006, p. 217).

Desse modo, a sociedade moderna atribui um significado ao valor e passa a classificar o todo de acordo com esse totem. Vale ressaltar que o totem varia de acordo com a sociedade e o tempo, como será demonstrado posteriormente e exemplificado com outros tipos de sociedade.

Valor e religião são criações humanas que balizam a vida social, todavia, o homem, seu próprio inventor, acaba, em ambas, sendo dominado pela criação. Como vimos em Lukács, a princípio tanto religião como capital estimularam o desenvolvimento da humanidade a modos superiores de sociabilidade. Por outro lado, posteriormente houve o que Lukács chamou de alienação, o que dificultava esse desenvolvimento, o mesmo que Jappe diz ao afirmar que o homem é dominado por seu próprio produto. O sagrado é empregado pelo homem, ainda que inconscientemente, como forma de divinizar-se a si mesmo, ao passo que esse caráter é ausente à humanidade e à natureza. Comparar o caráter religioso ao valor significa que ambos consistem num totem; ambos alienam os indivíduos como uma força em si, exterior. No campo, por exemplo, essa “força” é ligada a ideia de fecundidade (JAPPE, 2006).

Ainda que essa ideia de fetichismo ou totemismo esteja presente em todas as sociedades observadas até então, não é verdadeiro afirmar que faz parte da “natureza humana” ou que é imutável. Isso por que no capitalismo o fetichismo da mercadoria se distingue dos outros fetichismos anteriores, uma vez que é formado por uma mediação social tão nociva que se tornará uma ameaça à sobrevivência humana. Entretanto, a consciência da existência desse fetiche, ausente a outras sociedades, é condição para sair desse fetichismo.

A conversão do trabalho em valor e o fetichismo decorrente dessa relação não é inerente ao ser humano tanto quanto a separação da economia e do trabalho da vida não o é – ao contrário, é condição limitada à sociedade capitalista (JAPPE, 2006). Portanto não se deve coincidir essência humana com espírito burguês (LUKÁCS apud LESSA, 1996). Um exemplo disso é o princípio da *troca-dádiva* (MAUSS apud JAPPE, 2006) onde não há mediação por meio de moedas, mas por intermédio da dádiva obrigatória e recíproca, mesmo que ainda nessas sociedades haja noção de valor. Na sociedade da dádiva o objetivo maior dessas trocas não é o comercial, mas sim vem como forma de

suprir um objetivo social, estabelecendo amizade entre os indivíduos ou grupos, até por que na maioria dos casos os grupos são autossuficientes. Nesse tipo de sociedade não há separação dos aspectos da vida tal como nas sociedades modernas; economia, direito, religião, ciência, artes e política não são esferas separadas da vida, o que é denominado de “facto social total” (MAUSS apud JAPPE, 2006), característicos de sociedades mais primitivas. Há outros motivos pelos quais essas trocas ocorrem, como para evitar possíveis guerras ou para o indivíduo se distinguir dos demais pela generosidade, e ao observar isso Jappe percebe que encontrar o real motivo dessas trocas é de grande importância, pois não se limita ao pressuposto de que a troca é tendência natural do homem, como o faz a economia política burguesa.

Nesses tipos de sociedade o trabalho não se distingue das outras atividades como uma esfera totalmente a parte.

“Podemos, por exemplo, perguntar por que razão havemos de considerar que numa sociedade de caçadores a caça é um ‘trabalho’, em vez de entendermos que é o momento mais excitante e desejado na vida dessa sociedade. (...) Conhecem-se inclusivamente populações australianas, por exemplo, os YirYront, que não estabelecem nenhuma diferenciação linguística entre trabalho e jogo. Recorda que entre os habitantes das ilhas Fidji, a mesma palavra designa o trabalho e o ritual.” (JAPPE, 2006, p. 230).

O fato de não haver distinção linguística entre trabalho e jogo ou ritual demonstra como a perspectiva do trabalho em si se apresenta de forma diferente e totalmente inimaginável no contexto da sociedade capitalista, que o enxerga como um “mal necessário”.

“Inicialmente trabalho não significava atividade útil, mas trabalho forçado, obtido com violência. Nas línguas românicas o verbo trabalhar deriva do baixo latim *tripaliare*: torturar com o *tripalium*, um instrumento de tortura (...) A palavra latina *labor* significava inicialmente carga e depois sofrimento, esforço, fadiga. A palavra alemã *Arbeit* refere-se etimologicamente à criança órfã obrigada a executar trabalhos físicos pesados; durante muito tempo a palavra significou ‘atividade indigna e esgotante, sofrimento.’” (JAPPE, 2006, p. 232).

Ora, o trabalho na sociedade moderna está de acordo com essa ideia de sofrimento e em nada se relaciona com o significado para a sociedade da dádiva. É, pois, um suplício necessário, mas à parte das outras esferas da vida. Na Antiguidade, seja em grego ou latim, não havia uma palavra que traduzisse a ideia geral de trabalho, apesar de já existirem diversas atividades, mas como coisas distintas não havia uma palavra que abarcasse o todo.

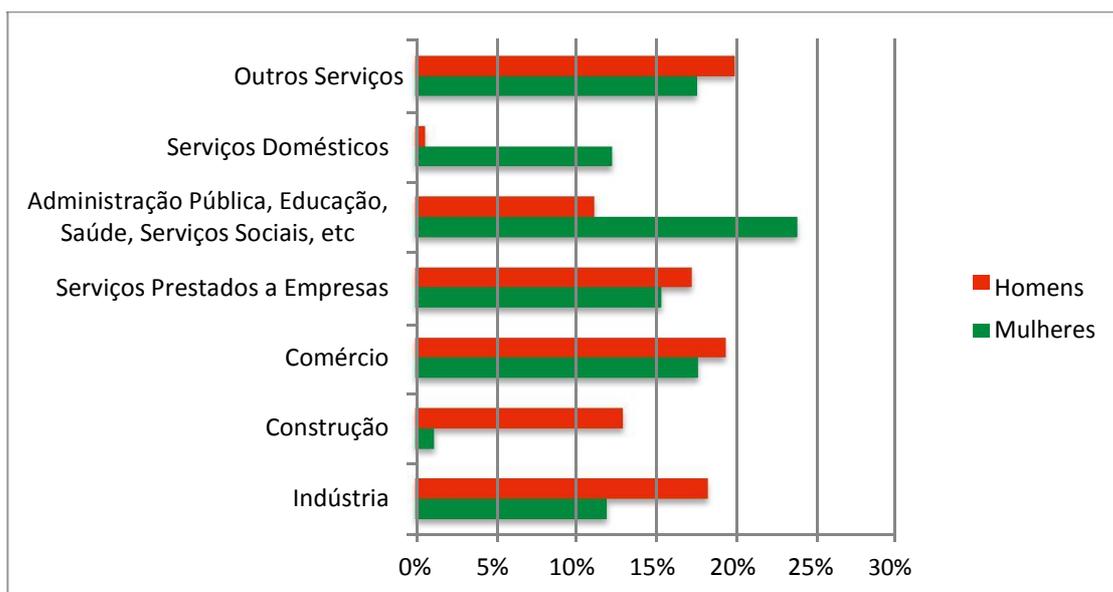
Do ponto de vista do marxismo tradicional o principal conflito do capitalismo seria entre capital e trabalho, sem levar em consideração que esse conflito está presente no interior do capitalismo, onde o trabalho é “coisificado”. É importante ressaltar que denominar de “trabalho” atividades com tantas distinções só faz sentido numa sociedade mercantil, como é configurado pela ontologia, e seria ilógico a qualquer outra sociedade que não a capitalista (JAPPE apud REGATIERI, 2006).

Ao abordar a questão de gênero, Antunes (2009) explicita a discriminação que as mulheres sofrem no mercado de trabalho (como, por exemplo, a desigualdade nos salários, a ocupação de cargos “inferiores” e de tarefas rotineiras e a exclusão na tomada de decisões) em comparação aos homens. O aumento do trabalho feminino no mercado é evidente, todavia isso se contradiz com as desigualdades que as trabalhadoras sofrem no universo do mundo produtivo, uma vez que estão inseridas na divisão sexual do trabalho. A mulher, inserida no modo de produção capitalista, exerce uma jornada intermitente de trabalho:

(...) desde logo por exercer, no *espaço público*, seu trabalho *produtivo* no âmbito fabril. Mas, no universo da *vida privada*, ela consome horas decisivas no *trabalho doméstico*, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua *reprodução*, nessa esfera do *trabalho não diretamente mercantil*, em que se criam as *condições indispensáveis para a reprodução* da força de trabalho de seus maridos, filhos/as e de si próprias.” (Antunes, 2009, p. 108).

Apesar do aumento do número de trabalhadoras no “mundo produtivo” ao longo dos anos, deve ser levado em consideração que a primazia das mulheres em relação aos homens, de acordo com dados do IBGE de 2014 (ver gráfico 1 abaixo), continua sendo na esfera improdutivo. De acordo com o gráfico abaixo, nota-se que o número de mulheres ultrapassa, e muito, o dos homens na esfera dos serviços, como, por exemplo, serviços domésticos, administração pública, saúde, educação, serviços sociais, etc., ou seja, atividades que não geram valor. Enquanto isso, no restante das atividades abrangidas pela pesquisa há um número superior de homens nas atividades destacadas.

Gráfico 1: Distribuição da população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo.



FONTES: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalhos e Rendimentos, Pesquisa Mensal de Emprego, 2014 (Ilustrado pela autora).

A produção acadêmica com temas relacionados ao feminismo tem sido devesas importante e proporcionou, ao longo dos anos, o aumento dos espaços da mulher na sociedade. Entretanto, a crítica aqui presente busca debater esse ponto de vista, ao passo que essa luta, ao colocar a opressão da mulher como mera desigualdade de gênero no acesso ao trabalho, deixa de lado a luta maior (contra o sistema e seus fundamentos – dentre eles, o próprio trabalho abstrato - e a favor da emancipação humana), e torna-se meramente uma luta por uma reforma dentro do sistema capitalista ou mesmo pela simples inserção neste. A luta feminista dentro do sistema capitalista é, de certo modo, contraditória por que é necessária, mas não suficiente, uma vez que a desigualdade de gênero é fator inerente ao capitalismo (ainda que tenha sua origem anterior ao modelo), e tem bases bastante sólidas na divisão sexual do trabalho. Isso quer dizer que o indivíduo, na condição de mulher, possui certas tarefas que subentende-se ser obrigação feminina (TOLEDO, 2001).

A separação entre domicílio e local de trabalho, contida na divisão sexual do trabalho, trouxe às mulheres consequências diversas dentro do capitalismo, não apenas em sua parcela urbana, como também em regiões agrárias. No âmbito rural, a participação da mulher na economia familiar também teve diminuição, ao passo que sua participação aumentou nos empregos ofertados por grandes empresas capitalistas. Nesse sentido, no que diz respeito ao seguimento rural, a divisão sexual do trabalho no capital acabou por privilegiar os homens até mesmo no rural, ao passo que à mulher “se reservou a posição de lumpen proletária”, haja vista que ainda com o aumento das mulheres nesse

segmento, o aumento do desemprego também era recorrente (SAFFIOTI; FERRANTE, 1983, p. 69). Nesse sentido, o capitalismo na agricultura percebe a mão-de-obra das trabalhadoras como fonte de força de trabalho com o valor inferior ao masculino. Esse mesmo movimento, ao colocar o trabalho da mulher como uma força de trabalho reserva, acaba por possibilitar às mesmas uma forma de trabalho eventual, a qual não garante direitos trabalhistas, de forma que a legislação torna-se facilmente contornável. O salário destinado às mulheres trabalhadoras, principalmente no campo, sofre direta discriminação, de modo que cada vez menos há um desejo, por parte das mesmas, de duplicar a jornada de trabalho. A junção de todos esses fatores colabora ainda mais para o surgimento das “donas-de-casa” (SAFFIOTI; FERRANTE, 1983).

A forma como a agricultura capitalista – o dito agronegócio – se estabeleceu no Brasil tornou inviável, principalmente para as mulheres, a manutenção de condições empregatícias que correspondesse à sua atividade na “economia de subsistência”

(SAFFIOTI; FERRANTE, 1983, 70). Por esse motivo, uma vez que a mulher possui um espaço precário e de exclusão no agronegócio brasileiro, o presente trabalho busca defender a ideia de que cabe à mulher o protagonismo ao lutar contra o presente modelo. Saffioti (1976) defende a ideia de que a libertação da mulher não deve ser pensada numa categoria de luta entre os sexos, mas, por outro lado, essa luta está inserida na luta de classes, levando em consideração o patriarcalismo presente na sociedade capitalista. Como já exposto anteriormente na perspectiva de Antunes (2009), também para Saffioti o fim do modelo capitalista não acarretaria, necessariamente, a libertação da mulher; por outro lado a perspectiva de classes é a mais abrangente, já que o sociometabolismo do capital não possibilita igualdade de oportunidades (há limitações), quer de homens quer de mulheres e que, nesse sentido, o movimento deve visar além da libertação da mulher: trata-se da libertação humana.

Outro fator que impulsiona a precarização da mão-de-obra no campo e a destruição ambiental é o desenvolvimento de tecnologias que buscam diminuir a dependência que o processo de produção tem dos trabalhadores. Ora, diminuir a mão-de-obra implica uma enorme questão social, devido à diminuição dos empregos, além de agredir de forma mais evidente o meio ambiente, uma vez que a maquinaria é implantada com o intuito de ampliar a produção em grande escala, independente dos impactos ambientais que isso acarreta. O aumento da tecnologia em si não é o problema, mas a mesma deve ser implantada de forma ecológica e socialmente corretas. O embate do aumento dessa

tecnologia é ainda maior no caso das mulheres, ao passo que os homens são treinados para operar equipamentos mais sofisticados, enquanto às mulheres restam tarefas mais rudimentares, que não exigem força de trabalho qualificada ou conhecimentos mais específicos para serem executadas. No caso do Brasil há de se considerar, ainda, o apoio estatal, que contribui para essa mecanização em detrimento dos aspectos sociais que são consequência desse modelo de produção (SAFFIOTI; FERRANTE, 1983).

Postone (2006) faz uma reinterpretação da teoria crítica madura de Marx, onde analisa o trabalho como uma forma objetiva de mediação social e como esse trabalho abstrato pode ser medido. Nesse sentido, o tempo de trabalho despendido durante a produção torna-se uma medida de valor. O capitalismo busca reduzir o tempo de trabalho humano gasto na produção das mercadorias com o intuito de simplificar o modo de produção, de modo a otimizá-lo.

“À medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza real vem a depender menos do tempo de trabalho e da quantidade de trabalho empregada do que da potência dos agentes postos em movimento durante o tempo de trabalho, cuja ‘poderosa efetividade’ é, por sua vez, completamente desproporcional ao tempo de trabalho diretamente gasto em sua produção, dependendo mais do estado geral da ciência e do progresso da tecnologia [...] A riqueza real manifestase [...] na monstruosa desproporção entre o tempo de trabalho aplicado e o seu produto, bem como no desequilíbrio qualitativo entre o trabalho, reduzido a uma pura abstração, e o poder do processo de produção que ele supervisiona.” (Marx apud Postone, 2006, p. 4).

O progresso dessa tecnologia implica no aumento da produtividade, ou seja, produz-se uma maior quantidade de mercadorias utilizando a mesma quantidade de trabalho, o que só influencia no trabalho concreto e não tem relação direta com o aumento da riqueza social. Nas palavras de Postone:

A medida da riqueza social é a medida temporal abstrata, mais que a quantidade material concreta. No capitalismo, esta diferença é a primeira determinação da possibilidade de que, não somente para os pobres, senão para a sociedade como um todo, a pobreza (em termos de valor) pode existir em meio da abundância (em termos de riqueza material) (Postone, 2006, p. 266).

O papel da mulher na constituição da família muitas vezes fica restrito às tarefas domésticas, incluindo o cuidado da prole.

“Para tanto, todavia, é necessário considerar também outros papéis sociais fundamentais que incumbem à mulher. Com efeito, a posição da mulher deve ser vista através das quatro funções primordiais que ela desempenha em sociedade, ou sejam, seus papéis no domínio da *produção*, da *sexualidade*, da *reprodução* e da *socialização* da geração imatura” (SAFFIOTI, 1976, p. 8).

Por esse motivo, na maioria das vezes em que a mulher passa a trabalhar fora do âmbito familiar, o caminho mais certo é que a mesma se torne uma trabalhadora eventual. Isso porque o cuidado da família sempre será uma tarefa predestinada ao sexo feminino, de modo que a mulher não pode arcar com os mesmos compromissos que os homens. A condição de trabalhadora eventual abstém a mulher dos mesmos direitos conquistados pela classe trabalhadora, e nessa conformidade a legislação acaba sendo burlada. O efeito do trabalho volante para o sexo feminino pode ser considerado uma “faca de dois gumes”; ao mesmo tempo em que permite uma maior exploração das mulheres, que não possuem os mesmos direitos previstos por leis, as mesmas regulam o preço da mão-de-obra, por comporem grande parte do exército industrial de reservas. De forma resumida, o trabalho da mulher no campo é visto como um auxílio ao marido, já que por si só “ela não constitui uma trabalhadora” (SAFFIOTI; FERRANTE, 1983, p. 73).

A partir da década de 1970 houve ampliação de discussões em torno das necessidades básicas, incluindo a produtividade rural e atividades no setor informal, sem excluir do debate questões referentes à mulher no contexto do desenvolvimento (BOSERUP apud HERMANDÉZ, 2010). Já na década de 1990 começa a ser refletida a exclusão das mulheres no processo de desenvolvimento, onde surge a perspectiva de “Gênero em Desenvolvimento” (GED) (HERMANDÉZ, 2010). Nessa mesma década a participação das mulheres no discurso do Desenvolvimento Sustentável foi pautada pela primeira vez, já que “as mulheres têm um papel importante no manejo ambiental e desenvolvimento, razão pela qual sua participação é imprescindível para alcançar um desenvolvimento sustentável” (ONUapud Rico, 1998, p. 17).

O termo Ecofeminismo surge na década de 1970 com duas perspectivas básicas: há uma objeção entre a esfera pública e privada e surge a ideia da relação entre feminismo e natureza, o que possibilita maior atuação da mulher na luta ecológica.

O ecofeminismo (que faz parte do ecocentrismo) tira sua força da simbólica e histórica associação do homem sobre a mulher com a natureza. Neste sentido as feministas argumentam haver alguma conexão entre as mulheres com a natureza que as torna, mais do que os homens, aptas a melhor identificar-se com os seres não humanos e com os processos ecológicos. Tal identidade é apoiada de duas maneiras: a) diz-se que ela advém do que é único ao corpo feminino, ou seja, suas funções reprodutivas e de alimentação ao novo ser que ela gera; b) diz-se que a identidade decorre da opressão que a mulher sofre na tradição social patriarcal, semelhante àquela da qual a natureza é vítima (Tavolaro, 1998 apud Hermandéz, 2010, p. 21).

Essa linha de pensamento defende que as mulheres tem maior ligação com a natureza do que os homens, devido a processos de reprodução. Além disso, a relação da dominação do homem sobre a mulher e sobre a natureza tem ligação intrínseca; deve ser levado em consideração que estamos inseridos em um modo de produção patriarcal, que percebe a mulher como “parte da natureza”, enquanto os homens são seres superiores e, por isso, portadores de maior racionalidade. Essa mesma lógica traz a ideia de que a natureza é inferior à cultura, o que relaciona a opressão da mulher e da natureza e os coloca em posição hierarquicamente inferior aos homens (HERMANDÉZ, 2010).

Algumas autoras criticam essa perspectiva adotada pelo ecofeminismo, já que desse ponto de vista outras diferenciações, como classe, raça e etnia, acabam sendo ignoradas. Ou seja, existem outras formas de dominação, que não a de gênero, e o ecofeminismo acaba por não abordá-las; o discurso não perpassa a estrutura como um todo, sem envolver as áreas políticas, econômicas e sociais. A partir dessas considerações deve ser levado em conta que a condição das mulheres na sociedade são construções culturais, portanto não são imutáveis, podendo variar de acordo com o tempo e o espaço. Outra crítica relaciona-se ao fato de que essa perspectiva, em certo ponto “mística”, é insuficiente para abarcar os problemas de uma sociedade complexa. Apesar dessas considerações, as contribuições dessa corrente são inegáveis, pois correlacionam a teoria feminista e ecológica e abordam de forma clara a opressão da mulher e da natureza pelo homem. O acesso aos recursos no modo de produção no qual estamos inseridos se dá de forma desigual, estabelecido pelas forças de mercado, de modo que desconsidera condições sociais e ecológicas. A implicação dessas questões na vida da mulher (principalmente das mais pobres) é enorme, uma vez que é imprescindível ter poder aquisitivo para a manutenção da vida, que é completamente mercantilizada.

Retomando a perspectiva explicitada anteriormente, é interessante ressaltar que Antunes (2009) ao abordar a mulher no mercado de trabalho ignora essa divisão sexual que ainda persiste, e apenas avança no debate referente à dupla jornada da mulher no capital. Todavia, é exato afirmar que, apesar dessa diferenciação de profissões “predestinadas” a homens ou mulheres, a dupla jornada de trabalho, na esfera pública e privada e na esfera produtiva e improdutiva, é tida como problema referente ao sexo feminino.

Nesse sentido a mulher, duplamente explorada por esse sistema, permite – e é essencial – à sua reprodução: o metabolismo social do capital. Para o autor, romper com a sociedade de classes não significa, necessariamente, romper com a opressão de gênero. Todavia, “o primeiro empreendimento – a emancipação da humanidade e a criação de uma ‘associação livre dos indivíduos’” (Antunes, 2009, p. 110) é empreendimento da classe trabalhadora em sua totalidade, onde a emancipação da mulher em relação à opressão masculina é fator primordial para o empreendimento maior, a emancipação do gênero humano.

Falar das contradições geradas no metabolismo social do capital vai além de explicitar os efeitos destrutivos para a força de trabalho e a natureza, ambos explorados por esse sistema. É preciso falar da mulher no capitalismo, duplamente explorada, no âmbito público e privado, uma vez que se trata de um sistema de origem patriarcal. Antunes (2009) e Mészáros (1995) muito auxiliam para a compreensão do metabolismo social, mas não nos fornecem elementos suficientes para a crítica radical da questão de gênero como dimensão estrutural do capitalismo. Consequentemente fica uma lacuna para problemática da negação e da superação dessa questão. Nesse sentido, o cerne do problema que buscamos debater permanece ignorado, ou seja, o sentido patriarcal da própria estrutura tradicional e produtiva do capitalismo. Ainda que haja algum debate acerca da mulher como fundamental para a reprodução do capital, o mesmo não esclarece o sistema capitalista como patriarcal – tendo em vista que a própria forma de interação humanidade e natureza (o trabalho assalariado) é um dos pilares deste modelo – e que, justamente por isso, é inviável romper com as diferenças de gênero nesse sistema.

1.3 Feminismo e a Crítica Estrutural de Roswhita Scholz

Para compreendermos o papel da mulher na sociedade não há um padrão universal; deve ser levado em consideração o momento histórico e o lugar onde a reflexão se estabelece⁷. Nesse sentido, Simone de Beauvoir em sua obra *O Segundo Sexo* traz a questão do gênero, mas não de forma isolada, e destaca outras contradições presentes na relação da mulher na sociedade, como questões étnicas e de classe, por exemplo. De acordo com Beauvoir comportar-se como homem ou como mulher é uma construção histórica, portanto cultural. O indivíduo aprende a se portar de determinada forma mais de acordo com aquilo que é estabelecido socialmente do que de acordo com o sexo.

(BEAUVOIR apud SAFFIOTI, 2000). Daí a famosa frase: “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” escrita por Beauvoir em sua obra *O Segundo Sexo*. De acordo com Kristeva (apud SAFFIOTI, 2000), da perspectiva da diferença sexual, há estreita ligação da mulher com o natural, de modo que sua condição de gênero é determinada por fatores biológicos. Simone de Beauvoir apresenta outra perspectiva, na qual discorda da afirmativa de Freud acerca da biologia como destino, portanto foi uma crítica à psicanálise (SAFFIOTI, 2000).

De acordo com Simone de Beauvoir, o trabalho é o principal meio pelo qual a mulher diminui sua distância em relação ao homem, ou seja, o trabalho é visto como um meio de libertá-la. Todavia (e é principalmente nesse ponto que coincide com as ideias desse trabalho) pensar a mulher como uma trabalhadora nessa estrutura social, de profunda exploração, cria uma nova situação que também merece atenção. Isso quer dizer, uma vez mais, repensar a sociedade como um todo. Para Beauvoir a liberdade só poderia ser atingida em um mundo socialista, não apenas a liberdade feminina, mas pensada em um contexto mais amplo (NARDIN, 2000).

⁷ A história do feminismo no Brasil teve início no século XIX, e teve diferentes “ondas” em cada época. A denominada “primeira onda” reivindicava, principalmente, o direito da mulher ao voto e à vida pública. A segunda onda ocorreu por volta dos anos 1970 e teve como foco a luta a favor democracia, contra a violência sexual e a favor da valorização do trabalho da mulher. Já a terceira onda, na década de 1990, contou com debates acerca dos paradigmas que haviam sido discutidos nas anteriores. Nesse terceiro momento, critica-se também o discurso universal das reivindicações da mulher na sociedade; isso acontece pelo fato da opressão se dar de forma distinta por influência de outros fatores, como raça e etnia, ponto de vista impulsionado por Judith Butler. Ou seja, era necessário levar em conta questões específicas das mulheres. Além disso, foi nesse momento em que surgiu a ideia de desconstruir o gênero como era pensado até então, de forma binária (RIBEIRO, 2014).

O surgimento da agricultura impacta diretamente a relação dos indivíduos e, mais ainda, das mulheres. Ela possibilitou que grupos humanos se instalassem em um território fixo, e é a partir desse momento em que começam a surgir as instituições e a propriedade coletiva. Nesse tipo de comunidade a mulher é dotada de enorme prestígio: “a natureza na sua totalidade apresenta-se a ele como uma mãe, a terra é mulher, e a mulher é habitada pelas mesmas forças que habitam a terra” (NARDINI, 2000, p. 66). Entretanto, a sociedade é masculina e o poder permanece entre os homens;

“o espírito superou a vida, a transcendência a imanência, a técnica a magia, a razão a superstição Foi a passagem da pedra ao bronze que lhe permitiu realizar, com seu trabalho, a conquista do solo e de si próprio, dominar a natureza da mulher” (NARDINI, 2000, P. 68).

As sociedades pré-históricas, agrárias ou de caça, eram conectadas à natureza e, por isso, havia o culto ao feminino. André Van Lysebeth (1994) defende a ideia de que a revolução neolítica permitiu ao homem se ver liberto, aos poucos, “dos caprichos do meio” (p. 29), momento em que o homem começa a produzir o seu próprio alimento e passa de caçador-coletor a agricultor. Para o autor, a mulher foi a responsável pela invenção da agricultura por volta dos anos 8500 a.C. e se manteve, em muitos povos arcaicos, como a responsável pela agricultura pela crença de que seu poder fecundante influenciaria no solo.

A dominação masculina é imanente ao capitalismo, o que não poderia ser diferente numa sociedade patriarcal. Todavia, há registros de civilizações matriarcais, como por exemplo, uma cidade descoberta por James Mellaart em 1958. Chatal-Huyuk era dominada pelo culto da feminilidade, onde a mulher ocupava lugar de honra, seja na vida profana, seja na religião, centrada na deusa-mãe.

“A figura feminina domina os santuários. Braços abertos, pernas afastadas, ela se oferece à adoração e tudo se articula em torno dela, especialmente as cabeças de touros. Em outros santuários, mãos inumeráveis se estendem para paredes forradas de seios de mulher. Deusa-mãe, símbolo imponente da fecundidade, ela reina, só, numa poltrona de braços em forma de leopardo ou, também só, conduz dois pequenos leopardos. A mulher é onipresente na estatuária, seja sob a forma de matronas gordas ou de mulheres miúdas e juvenis, de uma mãe e sua filha num só corpo, ou ainda de uma velha mulher rodeada por abutres ameaçadores. O deus macho, provavelmente seu esposo, desempenha um papel subalterno (...)” (LYSEBETH, 1994, p. 38).

De acordo com o Tantra a mulher “foi a primeira religião do homem, e sua primeira divindade foi a deusa-mãe” (LYSEBETH, 1994). Nessa cultura a mulher era símbolo

dos mistérios e poderes da vida, além de representar a origem de toda fecundidade e fertilidade. A civilização matriarcal permite uma evolução não só da mulher, como também do homem; o regime patriarcal acaba por sufocar ambos. A título de exemplo, a estrutura matriarcal dos trobriandeses permite que os homens não sejam explorados e que as mulheres sejam livres e expansivas.

Uma possível explicação para o “sucesso” das civilizações matriarcais pode ser explicado pelo fato de que, ao dar a luz, a mulher tem a certeza de que a prole é sua; é praticamente impossível que haja alguma forma de engano. Já em sociedades patriarcais, onde a linhagem se dá de pai para filho, o homem, para garantir a sua descendência, acaba muitas vezes adotando práticas inconcebíveis como forma de garantir a castidade das mulheres (Lysebeth, 1994). Ainda nos dias de hoje vemos diversas formas de submissão da mulher e dominação masculina com essa mesma preocupação.

A atual sociedade, baseada nos moldes patriarcais, está em ruína em diversos aspectos, no qual se inclui até o plano material. Despertar o culto a feminilidade é o caminho pelo qual seria possível o desenvolvimento do homem e da mulher (Lysebeth, 1994). Ao libertar-se, em certa medida, dessa dependência, o homem pôde progredir com menos restrições, de forma que o papel da mulher perdeu um pouco sua importância.

Nesse sentido, a relação homem-natureza e homem-mulher sofreu grande alteração, visto que o homem passa a enxergá-las como objeto de dominação. A autora Roswitha Scholz (1992) propõe uma reflexão sobre o sentido patriarcal do capitalismo e sobre a divisão sexual do trabalho nesse modo de produção; ainda que a dominação sexual dos homens sobre as mulheres seja anterior a esse modelo, para entender o capitalismo patriarcal e suas influências, devemos pensá-lo nessa sociedade, não a partir de bases ontológicas – como alguns elementos citados anteriormente – ou, ainda, utilizando referências biológicas. Da perspectiva da autora a teoria do valor não abarca completamente a sociedade da mercadoria, haja vista a exclusão de reflexões relativas ao capitalismo patriarcal. A teoria da dissociação-valor⁸ não diz respeito apenas à diferenciação entre público e privado, por exemplo; o posicionamento de Marx é marcado pela dissociação exposta por Scholz, ao passo que a questão de classes é tratada com universalidade, como se homens e mulheres estivessem em pé de igualdade.

⁸SCHOLZ, R. A teoria da dissociação sexual e a teoria crítica de Adorno, 1992.

Utilizaremos esses pressupostos para justificar a não suficiência da crítica feminista sustentada por categorias do capitalismo, mas sim a necessidade da crítica às categorias estruturais do capitalismo, uma crítica radical.

Para compreender a questão do gênero feminino na atualidade é necessário que façamos uma retomada histórica da representação da mulher em diferentes momentos da sociedade. O patriarcado ocidental remonta da Grécia antiga com base em uma racionalidade de “cunho masculino e mercantil”, onde a recente esfera pública era destinada aos homens. O progresso da racionalidade implicou, já de início, na supressão da mulher nesse novo modelo societário, sendo que ao papel feminino eram designadas as tarefas domésticas e de reprodução (FRIAS, 2012). Com o fim da sociedade antiga houve um retrocesso mercantil, que permitiu a influência dos povos germanos referente à relação da mulher na sociedade, que, nessas tribos, possuía certa autoridade na família, isso por que a forma-valor, o “abstrato”, ainda não estava desenvolvido e não havia se estabelecido totalmente a separação das esferas pública e privada.

Em certo momento da Idade Média, muitas vezes devido ao afastamento dos homens por motivo de guerra, as mulheres desfrutaram de certos direitos, tendo acesso a diversas profissões e conhecimentos de contabilidade e legislação, tal como o direito à propriedade privada (ESPINDOLA E BERNARDES, 2003). De forma arbitrária, também a idade média, a título de exemplo, foi marcada pela perseguição contra a mulher, conhecido como “caça as bruxas”; a igreja católica, por meio do Santo Ofício, permitiu o massacre ao sexo feminino, caracterizando um verdadeiro genocídio (CARNEIRO E ALIVERTI, 2004), como forma de afirmar a submissão feminina. A incipiente forma de metabolismo social do capital, que viria a se firmar posteriormente, além dos reflexos na vida da mulher, já mostrava sua implicação na natureza:

“Quando o processo de trocas materiais entre o homem e a natureza ingressou em seu novo estágio (...) a destruição da antiga relação com a natureza, especialmente seu estreito vínculo com a mulher, tornou-se imprescindível. Os indivíduos teriam de orientar-se pelas normas de trabalho nos novos tempos (...). A bruxa encontra-se nesse ponto de intersecção do desenvolvimento histórico, no qual a exploração da natureza adquire seu carácter sistemático. Vítima do controle necessariamente progressivo da natureza, ela sucumbiu desse modo ao triunfo da razão abstrata e da síntese formal entre identidade e não-identidade. Seus traços desapareceram na generalidade dos conceitos com os quais o pensamento moderno organizou a natureza” (Bovenschen apud Scholz, 1992).

Por volta do século XII a igreja católica, ao contrapor a representação de Eva e Virgem Maria, passa a propagar uma imagem negativa da figura feminina. Ainda que com alguma limitação, a mulher perde sua razão no espaço público e torna-se, ao mesmo tempo, um ser assexuado. Em um trecho bíblico, é perceptível o papel que cabe ao sexo feminino:

“As vossas mulheres estejam caladas nas igrejas; porque não lhes é permitido falar; mas estejam sujeitas, como também ordena a lei. E, se querem aprender alguma coisa, interroguem em casa a seus próprios maridos; porque é vergonhoso que as mulheres falem na igreja.” (Coríntios, 14:34,35).

Dizer que essa inferiorização da mulher foi de início limitada é decorrente do fato da esfera pública se resumir, basicamente, à igreja. Por outro lado, no ambiente agrícola essa visão da mulher não pôde se propagar da mesma forma, mantendo-se características pagãs e germânicas.

O início da idade moderna marca ainda mais a imagem negativa atribuída à mulher. O renascimento, fundado no mundo espiritual e incorporado ao social, e a produção de mercadorias foram elementos primordiais para a reestruturação a qual Marx (1867) descreve ao analisar a acumulação primitiva do capital⁹. Nesse sentido, o retrocesso da posição da mulher contou com a restrição dos seus direitos civis e políticos (ESPINDOLA E BERNARDES, 2003).

“O ‘novo ser humano’ da era industrial foi o homem. A imagem mágica e a mística da mulher permaneceu intacta no período burguês, embora ela não fosse mais considerada como sujeito da apropriação da natureza, mas como objeto da dominação da mesma natureza.” (Bovenschen apud Scholz, 1992, p. 6).

A junção desses fatores impulsionou a ascensão do domínio masculino e o controle da mulher como “ente natural” (SCHOLZ, 1992) e, como tal, deveria ser domesticada e controlada pelo patriarcado. A cisão entre produção e reprodução da vida passou a atribuir tarefas cada vez mais específicas aos sexos; ao homem cabia a produção e à mulher as atividades domésticas, essenciais para criar um bem-estar para seus maridos e filhos na esfera privada. O capitalismo, ao separar a esfera da vida e a do trabalho, a da produção e a do consumo, faz com que haja necessidade de que o âmbito doméstico

⁹Termo empregado por Marx em “O Capital”, V. 1, Capítulo XXIV, 1867. De acordo com a teoria de Marx a acumulação primitiva se deu em duas vertentes; a concentração de recursos no poder de poucos proprietários e a formação de um grande número de indivíduos privados dos meios de produção (terra propriamente) e, por isso, obrigados a vender sua força de trabalho.

tenha uma atenção a parte, onde essa responsabilidade cabe às mulheres. A reprodução da mercadoria força de trabalho – única capaz de produzir valor - é parte do valor de troca, por isso a necessidade de respaldá-la na esfera privada. A partir desses pressupostos, torna-se necessário evidenciar “o fundamento patriarcal (...) com a socialização pelo valor” (SCHOLZ, 1992, p. 13), relação essa muitas vezes evitada pelas teorias marxistas que não fazem a crítica ao trabalho.

Como demonstrado, o capitalismo se desenvolveu baseado no molde patriarcal no qual a sociedade ocidental já estava inserida ao longo da história, de modo que não há como dissociar um do outro. Quando considerada a luta de classes como forma de expressão da contradição do modo de produção capitalista, não é priorizada a luta pela equidade dos gêneros, ainda que ela esteja inserida nesse contexto de forma estrutural, já que o capitalismo é historicamente patriarcal. Isso significa que a principal crítica na perspectiva tradicional da luta de classes é relacionada à apropriação da mais-valia¹⁰ pelo capital, ou seja, geralmente uma crítica situada apenas na esfera da circulação. Nesse sentido, o debate dos sexos permanece como um problema de importância secundária, tratado de forma superficial na temática da relação social presente no capitalismo. (SCHOLZ, 1992)

Segundo a autora RoswithaScholz (1992), algumas feministas buscam redefinir as atividades comumente femininas no rol do trabalho (como forma de metabolismo social), todavia o trabalho em si deve ser repensado criticamente. Apesar de todas as conquistas femininas obtidas, seja no âmbito político ou social, o trabalho é uma categoria patriarcal, de modo que livrar-se das amarras sociais vigentes no capitalismo e que estabelecem a relação entre burguesia e proletariado significa também romper com o patriarcado, e necessariamente com a forma de metabolismo social capitalista, o trabalho. Portanto, as lutas trabalhistas não são assexuadas, por outro lado, possuem um gênero claro: o masculino. Desse modo a mulher é peça fundamental nesse embate.

A superação do patriarcado é ao mesmo tempo a superação da forma fetichista da mercadoria, pois esta é o fundamento da cisão patriarcal. O objectivo revolucionário seria portanto um grau mais elevado de civilização, no qual homens e mulheres sejam capazes de fazer pelas próprias mãos sua história, para além do fetichismo e de suas atribuições sexuais. (SCHOLZ, 1992, p. 19)

¹⁰Para Marx, 1984, mais-valia é a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago, ou seja, o excedente produzido pelo trabalhador. “Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital” (MARX, 1984, p. 105).

A lógica do valor tem, na maioria das vezes, seu caráter sexual negado e, desse modo, permanece como um campo de dominação do homem, ainda que pretensamente crítico. Esse domínio, na sociedade contemporânea, se dá de forma mais velada do que em momentos anteriores, e isso acontece baseado “essencialmente na institucionalização e na internalização de normas sancionadas pela coletividade (SCHOLZ, 1992, p.2)”. As diferenças entre mulher e homem, a despeito dos fatores biológicos, são criações culturais (KURZ, 2000, p. 1), típicas da sociedade ocidental, onde à mulher é designado aquilo que não é absorvido pela forma abstrata do valor, ou seja, a reprodução social, desempenhando o “papel feminino”. Isso significa que à mulher caberia a manutenção da esfera privada, essencial ao metabolismo social do capital, e ao homem a esfera pública, o trabalho abstrato. No âmbito agrário, essa dissociação entre esfera pública e privada se dá de forma mais difusa, de modo que as mulheres possuem maior poder de influência:

“Sob os preceitos da economia familiar camponesa, as mulheres têm mais poder e influxo do que a aparência pública de dominação masculina deixaria entrever (...). O poder feminino em condições agrárias baseia-se (...) na produção e no controle direto de recursos vitais, assim como na condução indireta de decisões socialmente relevantes” (Heintz e Honegger apud Scholz, 1992, p. 4).

Isso significa que a separação entre produção e reprodução da vida no capital é vital para a manutenção dessa estrutura patriarcal.

A relação homem-mulher passou a ser problematizada apenas em meados do século XX, já que, até então, esteve em segundo plano, principalmente ao pensarmos na questão de classe, que, por si, é estabelecida na relação homem-homem, já que “a constituição valorativa do fetiche já é sexualmente assimétrica em sua própria base e assim permanecerá até cair por terra” (SCHOLZ, 1992, p. 17).

Capítulo 2

2.1 Agricultura Familiar, Agronegócio e Agroecologia

A questão da terra não é um assunto novo; pequenos produtores sofrem de diversas formas as investidas das grandes empresas, e acabam perdendo espaço nessa disputa. É quase dispensável citar que isso prejudica, e muito, a qualidade e o direcionamento da produção familiar, e ainda mais da agroecológica. A agricultura, dentro do capitalismo, visa produzir mercadorias em detrimento da produção de alimentos: a lógica aqui é produzir aquilo que é vendável ao mercado, seja ele interno ou externo, com o objetivo de gerar lucro. A terra passa também a ser tratada como mercadoria, de modo que muitas vezes pequenos proprietários são levados a vender suas terras a grandes empresas e passam a ir cada vez mais para os centros urbanos, tornando-se mão-de-obra barata e necessária a continuidade da lógica do capital.

Com o crescimento das grandes cidades o abastecimento de alimentos começa a ser realizado por meio do transporte e armazenamento por um espaço de tempo maior, fator esse que impulsionou a agroindústria. Cresce também a produtividade da terra e dos agricultores, concomitante com o aumento da tecnologia direcionada à agricultura. Para acelerar ainda mais esse processo, há a introdução de agrotóxicos, insumos químicos e venenos, o que permite a produção em larga escala de um mesmo item, formando monoculturas destinadas à exportação. Conseqüentemente, devido às tecnologias investidas, há cada vez menos necessidade de trabalho humano e aumento da divisão das tarefas dos sujeitos envolvidos na produção.

É redundante dizer que esse modo de produção agride, e muito, a natureza, além de rebater em diversos aspectos coletivos e individuais. Essa dominação mercantil na agricultura permite que grandes empresas concentrem território e matéria prima para sua manutenção, o que permite a desnacionalização das empresas. A biodiversidade é colocada em segundo plano, já que busca-se padronizar os alimentos para ser vendidos ao redor do mundo, o que implica ainda em perda das particularidades culturais, tudo isso em nome do aumento dos lucros.

A agricultura familiar¹¹ é imprescindível para a produção de alimentos no país, como comprova o último censo disponível do IBGE, realizado em 2006. Segundo o Censo Agropecuário Brasileiro, esse tipo de agricultura representa 84,4% dos estabelecimentos agropecuários do país, ainda que a área ocupada seja de apenas 24,3% da área total ocupada por estabelecimentos rurais. Isso comprova, mais uma vez, como é dada a distribuição de terras no país, que mantém a concentração nas mãos de grandes empresas com o intuito de produzir aquilo que se obtém mais lucro para exportação. Ainda deve ser levado em consideração que de toda extensão referente à agricultura familiar, grande parte destina-se a pastagens e outra parcela é composta por matas (45% e 28%, respectivamente). Ainda assim, a agricultura familiar é essencial à distribuição de alimentos no país, como comprova a tabela abaixo.

Produto	Participação
Mandioca	87,0%
Feijão	70,0%
Milho	46,0%
Café	38,0%
Arroz	34,0%
Leite	58,0%
Suínos	59,0%
Aves	50,0%
Bovinos	30,0%
Trigo	21,0%

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário 2006.

Ainda que a agricultura familiar seja expressamente importante, não só na produção como por empregar grande parcela dos trabalhadores agropecuários, as políticas públicas ainda favorecem o latifúndio. Atualmente, o principal programa destinado ao agricultor familiar é o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), que, segundo o site do BNDES, tem como objetivo dar

¹¹Segundo o artigo 3º da lei nº 11.326 de 2006: Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; V - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

“apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos. Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural.”

O programa criado em 1996 tem por objetivo possibilitar o aumento da capacidade produtiva dos pequenos produtores rurais, de modo a promover a redução das desigualdades. O PRONAF possui 8 linhas de financiamento, onde destacam-se, devido ao enfoque do trabalho, o PRONAF Mulher e o PRONAF Agroecologia. O primeiro destina-se a mulheres agricultoras que preencham os requisitos do programa e independe da sua condição civil. O PRONAF Agroecologia tem por finalidade investir em “sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos”, para produções em transição ou de base agroecológica, de acordo com a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário; ou sistemas orgânicos de produção, conforme o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Apesar dos benefícios apresentados pelo programa, é importante ressaltar que não há muita atenção para programas destinados ao produtor na agricultura familiar, ao passo que o agronegócio recebe muito mais benefícios por parte do governo, como veremos posteriormente.

A aplicação do que hoje chamamos de agronegócio ganha força no Brasil a partir dos anos de 1960 (MENDONÇA, 2013), porém trata-se de um termo novo, datado da década de 1990. A nomenclatura nova surge como uma forma de tentar mudar a imagem que o latifúndio remete: exploração, trabalho escravo, extrema concentração de terra, coronelismo, subserviência, etc., e dá a ideia de modernização e renovação da agricultura capitalista. De forma sucinta, agronegócio é o termo que resume o modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista. Ainda que esse modelo seja baseado na exploração e concentração, não apenas da terra, como das tecnologias de produção e das políticas de desenvolvimento, seu território não sofre “ameaça” dos projetos de reforma agrária, ao passo que é um “espaço produtivo por excelência” (FERNANDES, 2004).

O aumento da tecnologia empregada no agronegócio tem permitido que os lucros obtidos dependam cada vez menos do capital variável¹², ou seja, a mecanização, o uso

¹²Capital Variável é um termo empregado por Marx na sua obra O Capital, que corresponde ao capital que é investido na força de trabalho. É capaz de produzir valor de acordo com a intensidade da sua utilização, por isso o “variável”.

de agrotóxicos, fertilizantes e adubos químicos faz com que a produção aumente, ainda que com um menor número de trabalhadores. O agronegócio no Brasil produz majoritariamente elementos destinados à exportação, figurando como um dos principais exportadores de *commodities* agrícolas no mercado internacional. Os oligopólios do setor agrícola, no caso do Brasil composto basicamente de empresas transnacionais, controlam todo o processo de produção, desde as sementes até a comercialização no mercado externo (MENDES, 2015).

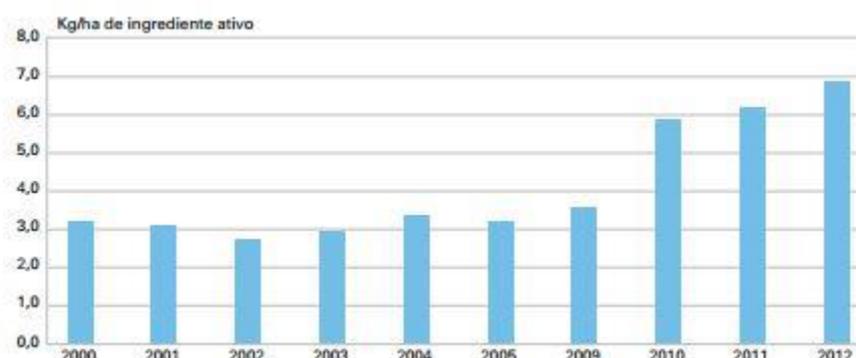
Os oligopólios no setor agrícola no Brasil crescem livremente, para tanto contando com o apoio do governo, enquanto os agricultores são colocados à margem de projetos e benefícios. Dentre esses oligopólios em território nacional grande parte é composto, ainda, por grandes multinacionais, o que agrava ainda mais a situação, tornando o país dependente de empresas estrangeiras. Um exemplo disso foi a privatização da Petrofértil, em 1994, empresa responsável pela produção de adubos, que passou a ser controlada por três *trading companies*¹³ multinacionais. Juntas essas empresas passaram a dominar 90% da produção de adubos e fertilizantes e aumentaram seus preços em 100%. Atualmente, existe apenas uma empresa brasileira que ainda participa no mesmo setor. E esse é apenas um exemplo dentre diversos, que vão desde a produção de commodities até fábricas de tratores e privatização de ferrovias, passando ainda pela biotecnologia. O abastecimento de sementes no agronegócio é dominado por três empresas americanas (Monsanto, Dow e Pioneer) em conjunto com a empresa alemã Bayer e a sueca Syngenta (SOUZA, 2012), que juntas faturam 18 bilhões de dólares por ano (ARANDA, 2014).

Se analisarmos os dados do agronegócio no mundo os resultados são alarmantes: três empresas dominam 53% do mercado mundial de sementes; quanto aos agrotóxicos, seis empresas controlam 76%; 41% do mercado de fertilizantes são dominados por dez empresas (ARANDA, 2014). Como já foi visto, a preocupação da agroindústria não é produzir alimentos de modo a extinguir a fome no mundo. Essa concentração direcionada apenas ao aumento dos lucros é um risco a segurança alimentar. Grande parte dos agrotóxicos utilizados no Brasil são banidos em países da União Europeia e Estados Unidos, o que representa um faturamento alto para os comerciantes.

¹³As *trading companies* são empresas comerciais que atuam como intermediárias entre empresas fabricantes e compradoras, numa operação de exportação ou de importação.

O uso de agrotóxicos no Brasil dos anos 2000 até 2012 teve um crescimento alarmante, segundo dados do relatório do IBGE sobre o desenvolvimento sustentável, representando um aumento de 155%. Aproximadamente 30% desses agrotóxicos são classificados como muito perigosos, de modo que esse uso desenfreado é nocivo tanto à saúde do consumidor quanto ao meio ambiente.

**Gráfico 2 – Comercialização anual de agrotóxicos e afins, por área plantada
Brasil – 2000 - 2012**



Fontes: 1. Relatório de consumo de ingredientes ativos de agrotóxicos e ans no Brasil 2000-2005. Brasília, DF: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, 2001-2006. 2. Levantamento sistemático da produção agrícola: pesquisa mensal de previsão e acompanhamento das safras agrícolas no ano civil 2000-2005. Rio de Janeiro: IBGE, v. 12-17, 2000-2006. Disponível em: Acesso em: maio 2010. 3. Produção agrícola municipal 2009-2012. In: IBGE. Sidra: Sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: . Acesso em: out. 2013. 3. Boletim anual de produção, importação, exportação e vendas de agrotóxicos no Brasil 2009-2012. Brasília, DF: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama, 2009-2012. Disponível em: . Acesso em: mar. 2015.

O crescimento do uso dos agrotóxicos pode ser explicado pelo aumento do crédito agrícola, que garante a compra desses produtos (cada vez mais danosos) e também pela isenção fiscal. Mas a principal explicação ainda é a dependência dos produtores; quanto mais se utiliza, maior a demanda para a próxima colheita (JÚNIOR, 2013).

A relação do uso desses produtos com o surgimento de doenças é evidente. Segundo o dossiê Abrasco publicado em 2015, 70% dos alimentos *in natura* estão contaminados por agrotóxicos, isso sem falar dos alimentos processados (ROSSI, 2015). Todavia, a dificuldade de reduzir esses números não está apenas na dependência dos produtores; o lobby que cerca essa atividade é enorme, e como uma forma de disfarçar o prejuízo notório essas empresas não raro estabelecem parceria, por meio de relações financeiras, com projetos e ONGs, com a finalidade de repercutir em publicidade.

Destaca-se na década de 1980 a importância da agricultura como forma de gerar saldos de comércio exterior. O Brasil, como diversos países subdesenvolvidos, busca uma rápida modernização, e o faz por meio do endividamento externo. Nesse contexto o setor agrícola surge como uma resposta à crise do endividamento do Brasil, como forma de “geração de saldos de comércio exterior” (DELGADO, 2010).

É importante colocar em pauta que a produção de alimentos não depende do uso de agrotóxicos, fertilizantes e adubos químicos ou venenos para suprir a demanda mundial por alimentos, tanto que o que se produz atualmente ultrapassa, e muito, a quantidade de comida consumida. O que deve ser levado em consideração aqui é a produção em larga escala daquilo que é interessante ao mercado internacional. A competição nesse mercado impulsiona a utilização de todos os meios, independente da preservação do meio ambiente, para manter o oligopólio das grandes empresas. De forma geral o agronegócio:

“... agride o ambiente, conspira contra a biodiversidade, despreza as externalidades ambientais, gera uma perversa concentração de renda e de terra e marginaliza o campo, aumenta a marginalidade urbana, é energicamente deficitário, falta-lhe conduta ética” (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014, p. 37).

Apesar do extenso território e condições naturais favoráveis à produção de diversos alimentos, não podemos dizer que no Brasil há soberania alimentar. Por esse motivo, a soberania política também é delicada e vulnerável (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014). Como já explicitado, o governo colabora de forma ínfima com os agricultores familiares, por outro lado impulsiona o agronegócio por meio de diversas políticas. Para tanto, existem diversas leis: isenção de impostos nas operações de multinacionais, facilidade para registro e uso de agrotóxicos (até mesmo aqueles proibidos em diversos países), créditos disponibilizados pelo BNDES à multinacionais, para não falar do novo Código Florestal, que agride o meio ambiente (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014). O oligopólio dessas grandes multinacionais ameaça a soberania política, ao passo que toda a produção, desde as sementes até a exportação, são controladas por essas, além de diversas pesquisas as quais são patrocinadas por essas empresas e, por conseguinte, os resultados e descobertas também tornam-se propriedade das mesmas.

A agroecologia, por sua vez, é apresentada muitas vezes como uma forma alternativa de produção, o que de certa forma é irônico, já que essa é a forma “original” da agricultura, que veio sofrendo transformações ao longo da história devido à dinâmica capitalista. A

produção agroecológica não possui alta mecanização se comparada ao agronegócio, de modo que a força do trabalhador rural é a maior protagonista no processo de produção. O cultivo de diversas plantas nativas, ao invés das grandes monoculturas do agronegócio, promove a conservação do meio ambiente e respeita a biodiversidade de determinado território, além de democratizar o acesso a terra. Todas essas características reunidas favorecem uma forma de agricultura harmoniosa e que prioriza o respeito à natureza e a saúde humana. Essa é uma forma de produção não patriarcal e que vai contra a perspectiva mais amplamente difundida na cultura ocidental. O professor José Roberto Goldim, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul esquematizou essa ideia de Naess (apud VILLAS BOAS, 2012) acerca das diferenças de perspectiva entre a ecologia e o pensamento ocidental:

Visão de mundo predominante na cultura ocidental	Ecologia profunda
Domínio da natureza	Harmonia com a natureza
Ambiente natural como recurso para os seres humanos	Toda a natureza tem valor intrínseco
Seres humanos são superiores aos demais seres vivos	Igualdade entre as diferentes espécies
Crescimento econômico e material como base para o crescimento humano	Objetivos materiais a serviço de objetivos maiores de autorrealização
Crença em amplas reservas de recursos	Planeta tem recursos limitados
Progresso e soluções baseadas em alta tecnologia	Tecnologia apropriada e ciência não dominante
Consumismo	Fazendo com o necessário e reciclando
Comunidade nacional centralizada	Biorregiões e reconhecimento de tradições das minorias

(apud VILLAS BOAS, 2012).

Ora, mas a agroecologia é incompatível com o capitalismo, já que não permite a produção de uma mesma mercadoria nas formas da monocultura capitalista, uma vez que isso agride e destrói o solo, que passa a ser dependente de adubos e fertilizantes químicos, um caminho sem volta. Além disso, deve ser levado em consideração a péssima qualidade daquilo que é ofertado na agricultura capitalista (e que contradiz com a produção agroecológica), ao passo que ela visa a produção de *commodities* para

exportação, e não de alimentos. Nesse sentido, é correto afirmar que a produção agroecológica não pode predominar no capitalismo, já que prioriza o respeito à natureza, a biodiversidade e a saúde humana. O inverso também é correto: a agroecologia pode ser uma forma de subverter o capitalismo, e um dos traços de subversão é a perspectiva matriarcal.

A agroecologia¹⁴ recupera formas de produção agrícola anteriores a “revolução verde” e, segundo Machado/Machado Filho (2014, p. 36), pode ser executada “em qualquer escala (...), uma tecnologia capaz de confrontar o agronegócio, em qualquer escala”. Além de ser viável a produção desses “alimentos limpos” de acordo com a demanda mundial por alimentos, a agroecologia resgata a questão da biodiversidade e, automaticamente, contrária a monocultura, forma mais comum de produção no agronegócio (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014). Todavia, uma importante dificuldade em se produzir de forma agroecológica não se encontra apenas pela ausência do know-how nos agricultores. Como já exposto anteriormente, esses agricultores tornam-se dependentes dos elementos produzidos pelo agronegócio, que além de tudo recebe apoio midiático, o que é um empecilho para contrapor de forma radical a lógica da agricultura industrial.

Abandonar esse axioma, todavia, é tarefa emergente; os estragos advindos da intensificação da exploração do agronegócio sejam eles sociais, políticos ou ambientais têm crescido de forma tão desordenada que pensar em formas distintas de produção é a única solução para evitar conseqüentes crises de proporção abismal. Em seu livro *A Dialética da Agroecologia* (2014), Machado e Machado Filho desmistificam diversas questões referentes à produção agroecológica, grande parte delas mitos criados pelo agronegócio para dar suporte à continuidade do uso de seus venenos. A primeira delas diz respeito à produção agroecológica ser mais cara do que a convencional. Ora, na produção agroecológica não há utilização dos insumos do agronegócio, o que significa que, ao contrário, é uma forma de produção mais barata, ao passo que direciona elementos naturais para a otimização durante o processo. Outra inverdade é pensar na agroecologia como um meio extinto de qualquer tecnologia, uma volta a práticas

¹⁴ “O termo agroecologia foi conceitualmente desenvolvido por Howard (1934). Em 1950, foi cunhado por Lysenko e passou a ser usado em cursos de agronomia até a pulverização destes cursos pelo Acordo MEC-USAID, 1964-68, em plena ditadura militar. A partir de 1980, as lutas por uma agricultura limpa, que vinham desde o início da década de 1960, encontraram eco na palavra **agroecologia**, significando uma agricultura que incorpora as dimensões sociais, culturais, éticas e ambientais, como fazia a agronomia pré-Acordo MEC-USAID.” (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014, P. 35).

rudimentares; o que ocorre é que o uso dessa tecnologia é voltado para a redução do esforço do trabalho humano, e não como forma de ampliar os lucros a todo custo. Com relação ao nível de produtividade, há estudos que comprovam inclusive a superioridade das produções agroecológicas (MOLINA apud MACHADO, MACHADO FILHO, 2014). A partir do exposto, assimilar essas informações quer dizer que sim, é possível produzir de maneira agroecológica para suprir a demanda mundial por alimentos.

2.2 Mulher e Agroecologia

Para entendermos a relação estabelecida entre mulher e natureza, a proposta do estudo é, primeiramente, remontar um termo surgido em 1970, o *Ecofeminismo*. É necessário analisá-lo de forma crítica, já que o feminismo se opõe a algumas questões relativas ao Ecofeminismo. O termo foi criado pela escritora francesa Françoise d'Eaubonne, tratado pela primeira vez no livro *Le féminisme ou la Mort* (1974), e descreve a ligação entre o feminismo e a ecologia. A crítica referente ao Ecofeminismo tem relação com a ideia mística da conexão entre mulheres e a natureza, de modo que não expressa as reais condições das mulheres, como escrevem algumas autoras feministas, como exemplo Janet Biehl.

Por outro lado, o *Ecofeminismo*¹⁵ também aborda questões mais sólidas relativas à conexão entre mulher e ecologia. A mulher e a natureza possuem uma característica em comum, no sentido de ambas serem submissas e dominadas pelo homem e pelo capitalismo patriarcal, por isso a contribuição do termo como forma de romper com essa sociedade. A teoria do Ecofeminismo se baseia na divisão social do trabalho, que para Marx significa “a totalidade das formas heterogêneas de trabalho útil, que diferem em ordem, gênero, espécie e variedade” (MARX, 2005, p. 406). A divisão social do trabalho foi observada nos povos nômades, onde a mulher era a responsável pela manutenção do lar e cuidado dos filhos e o homem tinha como dever a caça, de modo que a mulher tornou-se mais próxima da natureza por meio da agricultura. A descoberta do papel do homem na reprodução impulsionou a obrigação das mulheres de permanecer cada vez mais no lar e em uma relação monogâmica, ao passo que era necessário saber sobre a paternidade da prole como forma de garantir a herança para seus descendentes (ANGELIN, 2006). Segundo Marx, a divisão social do trabalho é inerente ao trabalho humano e está presente em todas as sociedades. Todavia, a divisão no capitalismo expressa algumas peculiaridades:

A divisão do trabalho na sociedade é característica de todas as sociedades conhecidas; a divisão do trabalho na oficina é peculiar da sociedade capitalista. A divisão social do trabalho divide a sociedade em ocupações, cada qual apropriada a certo ramo de produção; a divisão pormenorizada do trabalho destrói ocupações consideradas neste sentido, e torna o trabalhador inapto a acompanhar qualquer processo completo de produção. No

¹⁵“O histórico desta corrente vem de uma vertente dentro do ambientalismo, influenciada pelas feministas que vêem uma estreita associação entre as mulheres e o meio ambiente, sendo ambas dominadas e exploradas pelo homem” (STOREY, 1998, p.58).

capitalismo, a divisão social do trabalho é forçada, caótica e anarquicamente pelo mercado, enquanto a divisão do trabalho na oficina é imposta pelo planejamento e controle. Ainda no capitalismo, os produtos da divisão social do trabalho são trocados como mercadorias, enquanto os resultados da operação do trabalhador parcelado não são todos possuídos pelo mesmo capital. Enquanto a divisão social do trabalho subdivide a sociedade, a divisão parcelada do trabalho subdivide o homem, e enquanto a subdivisão da sociedade pode fortalecer o indivíduo e a espécie, a subdivisão do indivíduo, quando efetuada com menosprezo das capacidades e necessidades humanas, é um crime contra a pessoa e contra a humanidade (BRAVERMAN, 1980 apud GÓES, 2014).

São três as principais perspectivas teóricas em torno da relação mulher-meio ambiente: o ecofeminismo, Mulher e Meio Ambiente e Desenvolvimento (MAD) e Gênero, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (GMAD). Como já citado, o ecofeminismo tem duas concepções; “a) a oposição entre a esfera pública e privada, que parece ser o lugar de formação de identidades, culturas éticas distintas entre homens e mulheres, b) a relação entre feminino e natureza, que permitirá privilegiar o papel das mulheres na luta ecológica para contribuir na questão do meio ambiente” (SORJ apud HERNÁNDEZ, 2010, p. 20). Dentro do ecofeminismo há ainda duas vertentes distintas:

“1) o ecofeminismo cultural, que fornece a idéia de que há uma relação entre as mulheres com a natureza e enfatiza a busca de uma nova relação espiritual com ela (Mies & Shiva, 1997). Portanto, considera o feminino como essência protetora e uma natureza enraizada nos mistérios da vida, e 2) o ecofeminismo social, que reconhece a complexidade da identidade humana, através da confluência e da inter-relação de vários eixos identitários (o que constitui a subjetividade das pessoas), que correspondem objetivamente às diversas relações sociais e que levam à conformação do tecido social no qual as pessoas estão imersas (Plunwood, 1993 apud Martinez, 2003).” (HERNÁNDEZ, 2010, p. 21).

Os principais argumentos se apoiam no preceito da associação entre a opressão sofrida pelas mulheres numa sociedade de conceitos patriarcais, semelhante ao que ocorre com a natureza e, ainda, relaciona as funções reprodutoras femininas, que se assemelham – e por isso “se reconhecem” – ao que ocorre nos processos ecológicos. A crítica a essa última se dá pelo fato de admitir na mulher uma determinação biológica que permita uma relação superior com a natureza em relação aos homens (HERNÁNDEZ, 2010). Velásquez (2003) propõe uma importante reflexão acerca do ecofeminismo, ao elaborar uma crítica de que a teoria agrupa todas as mulheres em uma só categoria e não leva em conta suas diferenças dentro da sociedade, sejam elas étnicas, de classe, de idade ou culturais. Ao condicionar o processo de produção pelas forças do mercado, desconsidera-se tanto o ecológico quanto o social, de forma a acirrar a desigualdade

(SHIVA apud HERNÁNDEZ, 2010), o que reflete de forma ainda mais intensa na situação daquelas com poucos recursos.

No que diz respeito às mulheres, em diversas culturas elas são as responsáveis por prover alimento para a família ou comunidade¹⁶, daí o início da relação com a ecologia. Segundo Emma Siliprandi (2000), no ponto de vista patriarcal do capitalismo, tanto mulher quanto natureza são nada mais que objetos de exploração, úteis conforme se faça necessário.

Na mitologia grega há a representação da figura da Deusa, a “mãe terra”, um dos primeiros símbolos do divino criado pela humanidade. Algumas religiões pagãs também estabeleciam relações próximas à natureza, como exemplo os Vikings e Celtas. Nesse sentido, havia um culto a figura da Deusa, onde as mulheres tinham uma conexão com essa figura do divino. Com o advento do cristianismo a cultura ocidental se afastou dessas origens pagãs, de modo que a mulher perdeu seu destaque ao mesmo tempo em que o Deus torna-se figura masculina. A intensificação do capitalismo contribuiu de forma decisiva para a submissão da mulher que, com o seu trabalho não produtivo, era – e ainda o é atualmente – responsável pelo cumprimento das tarefas domésticas e referentes à educação dos filhos. Simone de Beauvoir (1968) destaca o afastamento da mulher do espaço público justamente por essas funções domésticas terem se naturalizado, de modo que ao feminino cabem as tarefas de reprodução, ao mesmo tempo em que o inverso acontece ao homem. Isso possibilitou que as mulheres mantivessem sua proximidade com a natureza, onde elas produzem, reproduzem, consomem e conservam a biodiversidade na agricultura (MIES/SHIVA apud ANGELIN, 2006). Pelos motivos explicitados até aqui, a mulher tende a valorizar mais o equilíbrio do meio ambiente como fator de primeira ordem, que deve ser preservado. Esse ponto de vista destoa da perspectiva capitalista patriarcal, que percebe a natureza como mero objeto de exploração, dominação e poder (ANGELIN, 2006).

A dominação do homem sobre a natureza não surge no capitalismo, mas de tempos anteriores, haja vista que ela é respaldada pela religião e, ainda, por filósofos anteriores ao modelo de produção capitalista, porém é essencial ao capital. O capitalismo age no meio ambiente com o único objetivo de obter elevados lucros, por meio de intensa

¹⁶ METZ, WinifredFordham, Como funciona o Ecofeminismo (acessado em 01 de agosto de 2008). Disponível: www.pessoas.hsw.uol.com.br/ecofeminismo4.htm

exploração; para tanto, não há cautela com relação à preservação da natureza, da biodiversidade ou da cultura. É impossível que a produção das mercadorias (não de alimentos) na agricultura seja conciliada com a ecologia, ainda que refletir sobre outras possibilidades na agricultura seja assunto emergente. Segundo Engels: “não devemos vangloriar-nos demais com as vitórias humanas sobre a natureza, pois cada uma destas vitórias, a natureza vingará-se às nossas custas” (ENGELS, 1972 apud ANGELIN, 2006).

Se pensarmos nas mulheres pobres¹⁷ o impacto da crise ambiental torna-se ainda maior, já que elas sentem de perto as consequências causadas pela escassez dos recursos naturais. Como já foi colocado, a questão da mulher e da natureza não são problemas isolados; ambos devem buscar romper com o capitalismo patriarcal, que é responsável por manter o caráter de dominação nessas relações¹⁸. O Ecofeminismo expressa um meio de romper essa condição, e esclarece que isso só é possível rompendo também com as relações hierárquicas presentes no capitalismo.

Deste modo, tanto a solução da crise ambiental quanto a da opressão das mulheres não devem ser tratados como problemas isolados. A salvação da vida no planeta, assim como a emancipação não só das mulheres como de todos os seres humanos, dependem de uma mudança estrutural e organizacional da sociedade. E para isto, é imprescindível a ação conjunta dos movimentos sociais contra seu opressor comum: o capitalismo patriarcal (ANGELIN, 2006).

Fortalecer um modelo agroecológico implica em romper com essa ordem social que desvaloriza as mulheres. O Programa Mulheres e Agroecologia, vinculado ao Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) coletou informações de 14 municípios a partir de uma pesquisa intitulada *Caderneta Agroecológica (CA)*, com o objetivo de reunir informações a respeito da produção das mulheres agricultoras, o que permite maior visibilidade a contribuição da mulher e auxilia na promoção da Agroecologia, segurança alimentar e nutricional e geração de renda. A socialização dessas experiências acaba por colocar em foco trabalhos atentos as desigualdades de gênero, além de contribuir para o desenvolvimento da Agroecologia. Nesse contexto, as contribuições da economia feminista vão além de uma relação comum de mercado, priorizam, por outro lado, um movimento pautado pela sustentabilidade. A Caderneta também demonstra o papel da mulher fora da esfera reprodutiva; ao lidar diretamente

¹⁷“... é necessário questionar a visão homogeneizadora, que negligencia as diferenças de ecossistemas e de populações” (PACHECO, 1998, P. 47).

¹⁸“... a sociedade sem exploração da Natureza seria uma condição para a libertação da mulher” (SILIPRANDI, 2000).

com agroecossistemas, essas mulheres colaboram para a existência de uma grande variedade de sementes, alimentos, plantas medicinais e conhecimentos, o que assegura muito além da renda para as famílias, e garante também segurança alimentar e nutricional.

Apesar dessa visibilidade, muitas vezes o crédito das experiências mais bem-sucedidas são destinados aos homens, deixando à parte a contribuição da mulher no meio. Os estudos relacionados aos agroecossistemas raramente dão enfoque a contribuição feminina, o que reafirma a desvalorização da mulher ao deixá-la como componente secundário. O objetivo da CA vem no sentido de contrapor a invisibilidade da mulher no campo, uma vez que “as desigualdades nas relações de gênero constituem um obstáculo à construção de estilos mais sustentáveis de desenvolvimento” e colabora ainda para consolidar a premissa de que “Sem Feminismo não há Agroecologia” (NETO, FEITAL, LOPES, ALMEIDA, TELLES). De acordo com dados coletados pela CA, a diversidade biológica dos quintais comandados por mulheres é enorme, variedade essa que é essencial para promover um ambiente saudável. Ainda nessa pesquisa foi destacado que o autoconsumo compõe a maior parte da alimentação das famílias, sendo que 70% desses produtos são cultivados pelas mulheres, além de consistir na principal fonte de renda.

De forma geral, esse estudo fortalece a ideia de que é possível uma nova forma de se produzir e consumir, com mais respeito ao meio ambiente e a saúde alimentar. Além disso, corrobora ao dar visibilidade ao trabalho realizado pelas mulheres em agroecossistemas, promovendo o empoderamento das agricultoras e colocando em foco o elo entre feminismo e ecologia.

Para a produção agroecológica, obrigatoriamente há de se construir um ecossistema com diversidade tanto animal quanto vegetal, pré-requisitos que a monocultura destrói. É necessário romper com aquilo estabelecido pelo agronegócio, uma vez que esse meio de produção é inviável, tanto da perspectiva social quanto da ambiental. O conceito agroecológico proporciona, ainda, o retorno à autonomia do produtor, ao passo que:

“É uma proposta transformadora e sua aplicação está associada ao sistema socioeconômico, pois, se é verdade que a tecnologia não modifica o sistema econômico, é igualmente verdade que a aplicação dos princípios agroecológicos é incompatível com as grandes monoculturas, com os grandes confinamentos, com a concentração da posse da terra, com a quebra da biodiversidade, em síntese, com o sistema vigente.” (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014, p. 190).

Isso significa que a agroecologia contrapõe diretamente o modelo do agronegócio e, conseqüentemente, o capitalismo. Ao confrontar o modelo patriarcal, a questão de gênero embutida nesse sistema também deve ser confrontada; natureza e mulher devem deixar de ser vistos como objeto de exploração, o que só será possível em uma transformação radical no modo de produção:

“O conceito de *objetividade*, tal como se revela em Francis Bacon (1561 – 1626), nos albos da história científica moderna, é unilateralmente determinado pelo homem, e a respectiva pretensão não se dirige antes de tudo ao conhecimento e à melhora da vida humana, mas à sujeição e ao domínio.”
(KURZ, 2004, p. 232).

Sujeição e domínio da natureza e da mulher como “parte da natureza”, enquanto o homem é caracterizado como portador de maior racionalidade. A crítica feminista dessa ciência se dá a partir da constatação de que essa não é neutra, antes possui um caráter bem determinado, sexualmente definido.

A dominação do homem sobre a mulher não tem relação com as distinções biológicas, mas são construções determinadas a partir de processos históricos, de modo que não está presente em todas as culturas ou épocas. O sistema produtor de mercadorias em que vivemos está longe de ser neutro, como busca se mostrar. As características patriarcais que ainda persistem não são apenas vestígios de outrora, mas particularidades inerentes ao atual modelo social. Desse modo, exigir equidade na participação feminina nesse sistema é inviável, já que não se trata de um sistema universal ou sexualmente neutro. Segundo Robert Kurz (2004), a modernização colaborou ainda para agravar o patriarcado. Isso por que em sociedades pré-modernas não havia completa separação, tal como há atualmente, da produção de bens e da gestão doméstica; essa separação acabou por colocar o homem como responsável pela esfera pública, enquanto a mulher, devido as suas “virtudes femininas”, coube os cuidados do lar, não apenas no que diz respeito às atividades mecânicas, mas também as obrigações “afetivas” que proporcionassem um ambiente favorável aos maridos e filhos. Enquanto estiver vigente a lógica masculina de produção não será suficiente exigir direitos iguais entre homens e mulheres. A imagem midiática que recebemos de uma mulher de sucesso é aquela que consegue conciliar a carreira com os cuidados no interior da família; ou seja, a manutenção da esfera privada continua sendo responsabilidade exclusiva da mulher. Todavia, uma parcela ínfima de mulheres consegue lidar com todas essas tarefas. Nas palavras de Kurz:

“O grosso das mulheres está absurdamente sobrecarregado com a tarefa de responder, ao mesmo tempo, pelo dinheiro, pelas atividades domésticas e

pelo *amor*. Na pós-modernidade o patriarcado não some, antes "se embrutece" e se estilhaça em formas múltiplas de barbárie, como escreve a feminista alemã RoswithaScholz." (KURZ, 2004, p. 246).

Isso significa que a luta pela igualdade da mulher e sua inserção no sistema capitalista é importante, haja vista que estamos inseridas nesse modo de produção, mas é, também, insuficiente; o caminho é uma crítica radical a estrutura do capitalismo (SCHOLZ, 1992). A cisão entre o público e privado, entre produção e reprodução, é imanente ao capitalismo, e a divisão sexual que coloca tarefas específicas para o feminino e o masculino não vai deixar de existir ainda que a mulher amplie seu espaço na esfera pública.

CONCLUSÃO

Carlos Drummond de Andrade, em seu livro “Mata Atlântica”, coloca para o leitor a impossibilidade de restaurar um ecossistema e sua harmonia de uma hora para a outra. É necessário tempo. Em um trecho desse livro, o autor caracteriza a esperança (de restaurar o meio ambiente) como um ranúnculo, planta característica por sua seiva acre, que causa irritação. Villas Boas (2012) interpretou a erudição presente no texto como se essa esperança fosse semelhante à seiva amarga da planta; a indignação com a realidade amarga do mundo é a esperança. Apenas a inconformidade com a realidade promove uma possível transformação, de modo que esperar para que, no futuro, alguém “resolva a questão” é irresponsabilidade. Nas palavras do autor: “A esperança tem suas sementes lançadas no solo do presente e é cultivada na seiva da indignação humana” (VILLAS BOAS, 2012, p. 46).

A ausência de compreensão acerca da questão ecológica presente na sociedade atual (apoiada pela forma econômica em que vivemos, de crescimento sem limites) tem raízes históricas. Isso por que o antropocentrismo, com origens no Renascimento e no Iluminismo, vê o homem como “senhor do universo” (VILLAS BOAS, 2012, P. 39), o único ser capaz de decidir, como bem quiser, o futuro do planeta e do meio ambiente; um ser alheio à natureza: “O ambiente é visto como algo externo a nós, no qual estamos total e umbilicalmente imersos, é verdade, mas que não faz parte do nosso ser – uma dicotomia bem clara” (LUTZENBERGER apud VILLAS BOAS, 2012, p. 39). É importante ressaltar que o antropocentrismo vê como papel do homem a dominação sobre a natureza, excluindo o gênero feminino no ato de dominar (ao contrário, o feminino é, também, dominado). Desse modo, construiu-se uma sociedade de valores patriarcais, que domina, principalmente, a cultura ocidental.

É impossível, numa sociedade de valores tão deturpados, que haja respeito e comunhão entre o gênero humano e a natureza. Em outros tempos e espaços houve relação harmônica do homem com a natureza, onde sempre haveria moradia e emprego no campo e o trabalhador retirava da terra o necessário à sua subsistência – “A Mãe Terra sempre acolheria seus filhos” (VILLAS BOAS, 2012, p. 39). Todavia, o modo de produção no qual estamos inseridos não permite essa mútua relação entre o homem e

*Gaya*¹⁹. Com o advento da Revolução Industrial tornou-se necessário encontrar trabalho e moradia nos centros urbanos, e, na ausência de renda, o futuro dos indivíduos estaria prejudicado. Nesse contexto, tornou-se necessário a acumulação de bens, visto que o futuro era incerto. Acumular implica em aumentar a produção, o que, por sua vez, implica o aumento dos lucros, na maioria dos casos. A destruição da natureza tem origem nessa mentalidade, pois o homem vê a necessidade de adquirir o máximo possível hoje, para obter certa garantia para o amanhã, como se os recursos fossem ilimitados. A preocupação ecológica é um risco ao acúmulo desenfreado e, por isso, inviável nesse modelo social.

Por esses motivos, pouco há com o que se preocupar em relação à ecologia; de modo geral, os indivíduos enxergam essa como uma preocupação distante, que não os atinge. Além desse modelo proporcionar grande comodidade aos indivíduos, aumentando o consumismo, mesmo a religião – um outro modo de balizar o comportamento social – não apresenta preocupações com a “vida terrena”. Para diversas religiões, a vida é voltada para o reino divino, motivo pelo qual seria um desperdício se preocupar com a natureza; o que vale, ao final, é o sobrenatural²⁰.

A crença no conhecimento científico e tecnológico como forma de driblar as forças da natureza faz com que se perca de vista os limites éticos. A preocupação com o meio ambiente é atual e emergente, não há mais tempo para ser resolvido no “futuro”, já que o planeta se encontra em um estado de degradação nunca observado antes. Todavia, vivemos em um mundo de interesses estritamente particulares, gananciosos, constituindo um empecilho para pensar de forma mais ampla na ligação que deveria existir entre todos os seres, vivos e não-vivos.

A partir dessas reflexões, deve-se questionar a real possibilidade de uma nova interação da humanidade com a natureza, uma forma diversificada ao metabolismo social do capital, e que, ainda assim, dê conta da demanda mundial por alimentos. A meu ver, a resposta é que a forma de interação atual é insustentável. Além de não ter como fim suprir tal necessidade mundial. Porém, não é uma conclusão suficiente. Diversos autores que foram abordados no presente estudo afirmam a viabilidade de um novo

¹⁹“Ou Geia, ou Géa. A ‘Mãe Terra’.”

²⁰“Essa supervalorização do Céu em detrimento da Terra pode ser vista até mesmo na espiritualidade de muitos santos, como São Luiz Gonzaga: ‘*Quid roc ad aeternitatem?*’ (Que vale isso para a eternidade?)” (VILLAS BOAS, 2012, p. 42).

modo de produção, o agroecológico. Justamente pelas diferenças já explicitadas, não há como esse modelo sobreviver no sistema capitalista. Por esse motivo, é uma opção para o rompimento radical com o capital, única forma de estabelecer uma relação menos degradante com o meio ambiente.

Romper com o capitalismo é, ainda, o único meio pelo qual será possível que haja uma equidade entre os homens e a equidade de gêneros. O capitalismo é patriarcal e assim será até cair por terra. A luta de classes não será suficiente para atingir a igualdade entre os indivíduos, isso por que essa luta tem um caráter sexual assimétrico e bem definido: constitui-se de uma luta masculina (SCHOLZ, 1992). A tentativa de se inserir de forma igualitária nesse sistema é válida e essencial no dado momento, de forma que muitas conquistas já foram atingidas. Todavia, essa luta acaba por reafirmar o sistema capitalista, motivo pelo qual não deve ser o fim único, devido a sua insuficiência. O presente estudo parte do pressuposto de que o “‘trabalho’ é de certo modo a ‘raiz de todo o mal’” (SCHOLZ, 1992, p. 2), motivo pelo qual o trabalho deve ser repensado criticamente, como única forma possível para que haja uma transformação real. A crítica à sociedade do valor está longe de ser neutra, ao contrário, seu gênero é evidentemente masculino, ainda quando o posicionamento é feito de forma discreta.

RoswhitaScholz (1992) estabelece a relação que acontece na sociedade capitalista como patriarcal, ao passo que a mulher é tida como responsável pela reprodução, criando um ambiente próspero para que o homem aja na esfera produtiva. É claro que as mulheres tiveram diversas conquistas e atuam de forma decisiva na esfera produtiva, mas, na maioria dos casos, a esfera privada continua sendo tarefa feminina, o que acarreta na dupla jornada de trabalho realizada pela maioria das mulheres. As esferas da vida, o público e o privado, tornaram-se ambientes separados e, nesse momento, é importante fazer um resgate a questão ambiental, que acaba sendo agravada por essa dicotomia. A relação entre a divisão do público e privado com o patriarcado é chave para compreender a relação desigual entre os gêneros:

“Simplificando ao extremo, poder-se-ia dizer: aquela divisão das esferas e o patriarcado guardam uma relação de reciprocidade. Quanto menos desenvolvida é a esfera pública, mais difuso e menos nítido é o influxo do patriarcado na sociedade como um todo. E vice-versa: quanto mais desenvolvida é a relação de valor, quanto mais claro é o divórcio entre esfera pública e privada, mais inequívoca é a estrutura patriarcal” (SCHOLZ, 1992, p. 5).

Mas a divisão do público e do privado é inerente à estrutura capitalista, motivo pelo qual discutir essa cisão também é insuficiente. A busca maior, pela libertação de homens e mulheres, encontra resultado na superação do patriarcado e, conseqüentemente, a superação da “forma fetichista da mercadoria” (SCHOLZ, 1992, p. 20). Com isso, o objetivo maior é atingir um estágio de civilização no qual homens e mulheres possam fazer a própria história, “para além do fetichismo e de suas atribuições sexuais” (SCHOLZ, 1992, p. 20).

A partir do exposto, estabelecer a conexão com o papel da mulher e da agroecologia como formas de romper com essa sociedade capitalista e patriarcal é evidente. Apesar de crer na ligação entre o feminino e natureza, deve-se ir além dessa ideia em certo ponto mística. Mulher e natureza, devido ao processo histórico, são tidas como objetos de dominação masculina. Tanto uma relação harmônica com a natureza, quanto a equidade entre os gêneros, são incompatíveis com o modo de produção capitalista, pautado pelo patriarcado. É inviável, ainda, continuarmos nesse modelo, visto que a relação dos homens entre si e a relação da humanidade com a natureza estão, ambos, entrando em colapso. A união da mulher com a agroecologia é um meio de romper com esse sistema e alcançar o objetivo maior: a emancipação de mulheres e homens.

REFERÊNCIAS

ANGELIN, R. Gênero e meio ambiente: a atualidade do ecofeminismo. *Revista Espaço Acadêmico*, ano 5, nº 58, março de 2016. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/058/58angelin.htm>>. Acesso em 09 de maio de 2016.

ANTUNES, Ricardo L. C. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho . [2.ed.]. São Paulo: Boitempo 2009. 287 p. (Mundo do trabalho).

ARANDA, D. Oligopólio no agronegócio é risco para a segurança alimentar. Disponível em: <<http://democraciapolitica.blogspot.com.br/2014/06/oligopolio-no-agronegocio-e-risco-para.html>>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

BARROCO, Maria Lucia S. Barbárie e Neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-políticos. *Serviço Social & Sociedade*, Editora Cortez. São Paulo, nº 106, p. 05-15, abril/jun. 2011.

BENTHIEN, P. F. Transgenia e Nanotecnologia: Uma reflexão acerca da relação entre Modernidade, Novas Tecnologias e Informação. *Revista Theomai*, número 18, 2008.

BIEHL, J. *A mulher e a natureza: uma mística recorrente*. 2011. Disponível em: <<http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=938>> Acesso em 22 de fevereiro de 2016.

CABRAL, João Francisco Pereira. "O mito de Sísifo e sua conotação contemporânea"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/filosofia/o-mito-sisifo-sua-conotacao-contemporanea.htm>>. Acesso em 13 de maio de 2016.

CAETANO, E. *A Divisão do Trabalho: Uma análise comparativa das teorias de Karl Marx e ÉmileDürkheim*. Disponível em <http://www2.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NOME_ARQUI20060410_095823.pdf>. Acesso em 25 de janeiro de 2016

CARNEIRO, Eliana; ALIVERTI, Tatiana. A convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e o seu protocolo facultativo: impacto no direito brasileiro. *Revista da Faculdade de Direito do Padre Anchieta, Jundiaí – SP*, ano 5, n. 9, p. 7-12, novembro/2014.

ESPÍNDOLA, Ângela; BERNARDES, Marciele. Direito das mulheres: uma busca constante pela (des)construção de conceitos e valores. Disponível em: <<http://sites.unifra.br/Portals/35/Artigos/2003/39/mulheres.pdf>>. Acesso em 18 de maio de 2016.

FOSTER, John. A ecologia da economia política de Marx. Conferência Marxism, UniversityCollege, Londres, 2011. Disponível em: <<http://www.landaction.org/A-Ecologia-da-Economia-Politica-de-Marx>>. Acesso em 16 de junho de 2016.

FOSTER, John. Um sistema falhado: A crise mundial da globalização capitalista e seu impacto na china. Conferência Internacional sobre a Crítica do Capital na Era da Globalização. SuzhouUniversity, China, 11 de janeiro de 2009. Disponível em: <http://resistir.info/mreview/foster_mar09.html#notas_40_49>. Acesso em 13 de junho de 2016.

FRIAS, Daniel N. A Mulher da Grécia Antiga e Possíveis Aspectos da Cultura Grega na Contemporaneidade. FilosofoJr. Disponível em: <<https://filosofojr.wordpress.com/2012/08/23/a-mulher-da-grecia-antiga-e-possiveis-aspectos-da-cultura-grega-na-contemporaneidade/>>. Acesso em 01 de junho de 2016.

FRONCHETI, A. ZAMBERLAM, J. Agroecologia : caminho de preservação do agricultor e do meio ambiente. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 2012.

GÓES, W. Da antiguidade ao neoliberalismo: Em busca de direitos: Parte 2. Disponível em: <<http://www.jurisconsultos.org/2014-4-25---praxis.html>>. Acesso em 08 de março de 2016.

HERNANDÉZ, C. Gênero e Meio Ambiente: A construção do discurso para o Desenvolvimento Sustentável. Bogotá (Colombia), Volume 14 N° 26, janeiro-junho de 2010.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalhos e Rendimentos, Pesquisa Mensal de Emprego, 2014. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/retrospectiva2003_2014.pdf>. Acesso em 31 de maio de 2016.

JAPPE, Anselm. As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica ao valor. Lisboa: Antígona, 2006.

JÚNIOR, M. Multinacionais do veneno fazem oligopólio bilionário no Brasil.

Disponível em:

<<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/multinacionais-do-veneno-fazem-oligopolio-bilionario-no-brasil-1.269149>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.

KURZ, R. Com todo vapor ao colapso / Robert Kurz. Juiz de Fora, MG : Editora UFJF – PAZULIN, 2004, 296 p.

LEROY, J. *Sustentabilidade e ética*. Perspectivas de laEducación Ambiental enIberoamérica Conferencias del V CongresoIberoamericano de Educación Ambiental. Joinville, Brasil, 5 a 8 de abril de 2006.

LESSA, SÉRGIO. A centralidade ontológica do trabalho em Lukács. Serviço Social & Sociedade, Editora Cortez, São Paulo, nº 52, p. 07-23, dezembro de 1996.

LYSEBETH, André Van. Tantra, o culto da Feminilidade – outra visão da vida e do sexo / André Van Lysebeth [tradução Sonia Rangel]. – São Paulo :Summus, 1994.

MACHADO, L. C. MACHADO FILHO, L.C. Dialética da agroecologia. Ed 1. São Paulo, Expressão Popular, 2014.

MARIANI, Carlos. Francis Bacon. Disponível em: <<http://www.afilosofia.com.br/post/francis-bacon/403>>. Acesso em 16 de junho de 2016.

MARX, k. O capital: critica da economia política: livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. 2v.

MARX, Karl. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política / Karl Marx ; supervisão editorial e tradução Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). – Boitempo, 2011.

MARX, Karl. O capital: critica da economia politica : livro I . 15.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1996. 2v ISBN 8528602974 (Broch.)

MARX, KARL. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1983b, Livro III, tomo ii.

MENDES, R. Agricultura em tempos caducos: Sobre a teimosia do colapso natural. 2015. 175f. Dissertação de mestrado. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MENDONÇA, M. *Modo Capitalista de Produção e Agricultura: A Construção do Conceito de Agronegócio*. 2013. 214f. Tese: doutorado em geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Mulheres e agroecologia: publicação estimula o debate sobre a igualdade de gênero no campo*. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/mulheres-e-agroecologia-publica%20o-estimula-o-debate-sobre-igualdade-de-g%20g%20no-campo>>. Acesso em 8 de Janeiro de 2016.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. *Economia Política: Uma introdução Crítica*. São Paulo: Cortez, 2008.

NOVO, Ângelo. Resenha de: JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria. Para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona, 2006, 283 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.24, 2007, p.173-176.

OLIVEIRA, R; FRAGA, J. *Integrando processos sociais e ecológicos: o metabolismo social de três sistemas produtivos históricos do Estado do Rio de Janeiro*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social: Repensar a crítica de Marx do capitalismo*. São Paulo. Boitempo, 2014.

Referências

REGATIERI, Ricardo. A concretude da abstração. Lisboa, *Mediações*, Londrina, v. 14, n.2, p. 325-328, Jul/Dez. 2009.

Relatório Brundtland, 1987, ONU (Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - tema "Nosso Futuro Comum").

Revista *Agriculturas: experiências em agroecologia* v.12, n.4 (corresponde ao v. 31, nº4 da Revista *FarmingMatters*)

RIBEIRO, D. As diversas ondas do feminismo acadêmico. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/escriptorio-feminista/feminismo-academico-9622.html>>. Acesso em 02 de julho de 2016.

RODRIGUES, Mônica A. Grossi. Metabolismo Social do Capital, Novas Tecnologias e os Desafios Políticos aos Trabalhadores: Notas ao Debate. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 39-48, jul./dez. 2012.

ROSSI, M. O “alarmante” uso de agrotóxicos no Brasil atinge 70% dos alimentos. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/29/politica/1430321822_851653.html>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2017.

SAFFIOTI, H. & FERRANTE, V.L.S.B. — A mulher e as contradições do capitalismo agrário. Perspectivas, São Paulo, 6:67-75, 1983.

SAFFIOTI, H. A mulher sob o modo de produção capitalista. A mulher na sociedade capitalista. Contexto. Editora de Humanismo, Ciência e Tecnologia, São Paulo, SP, nº 1, 1976, p. 1-21.

SCHOLZ, Roswitha. A teoria da dissociação sexual e a teoria crítica de Adorno. 1992.

SCHOLZ, Roswitha. O valor é o homem. Krisis, nº12, p. 19-52, 1992.

SILIPRANDI, E. *Ecofeminismo: contribuições e limites para a abordagem de políticas ambientais*. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.1, n.1 jan/mar.2000.

SOUZA, C. E. A agricultura é do Brasil, não das multinacionais. Disponível em <http://www.olhardireto.com.br/agro/artigos/exibir.asp?artigo=A_agricultura_e_do_Brasil_ao_das_multinacionais&id=45>. Acesso em 21 de fevereiro de 2017.

TOLEDO, C. Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide, 2.ed. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

Um diálogo com Simone de Beauvoir e outras falas/ Organizado por Alda Britto da Motta, Cecília Sardenberg e Márcia Gomes. Salvador: NEIM/UFBA, 2000. 338 p. - (Coleção Bahianas; 5).

VILLAS BOAS, A. Meio ambiente & Teologia. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2012. - (Série Meio Ambiente, 14 / Coordenação José de Ávila Aguiar Coimbra).

ZATERKA, L. .Corpuscularismo e experiência: Francis Bacon e Robert Boyle. In: Ana Maria Alfonso-Goldfarb; Maria Helena Roxo Beltran. (Org.). O saber fazer e seus muitos saberes: experimentos, experiências e experimentações. 1 ed. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2006, v. 1, p. 145-170.